

Universidades Lusíada

Leitão, Francisca Madeira e, 1997-

**Desenvolvimento local de comunidades rurais :
o papel dos assistentes sociais no âmbito do
Programa Rede Social**

<http://hdl.handle.net/11067/6766>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

Este estudo constituiu uma abordagem ao papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social, tendo como objetivo geral compreender a representação social destes profissionais relativamente ao seu papel no desenvolvimento local, e, mais especificamente, no âmbito do Programa Rede Social. Face a este contexto, colocou-se a questão central desta investigação: Quais os contributos dos Assistentes Sociais, percebidos pelos próprios, no âmbito do desenvolvimento local? Esta investigação as...

This study composes an approach to the role of Social Workers within the Social Network Program, with the general objective of understanding the social representation of these professionals in relation to their role in local development, and, more specifically, within the Social Network Program. Given this context, the central question of this investigation was posed: What are the contributions of Social Workers, perceived by themselves, in the context of local development? This investigation is...

Palavras Chave

Desenvolvimento rural - Portugal - Alentejo, Serviço social rural - Portugal - Alentejo, Assistentes Sociais - Prática profissional, Alentejo (Portugal) - Condições sociais

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:20:29Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA
Mestrado em Serviço Social

**Desenvolvimento local de comunidades rurais: o papel dos
assistentes sociais no âmbito do
Programa Rede Social**

Realizado por:
Francisca Madeira e Leitão

Orientado por:
Prof.^a Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa

Constituição do Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva
Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa
Arguente: Prof.^a Doutora Maria Júlia Faria Cardoso

Dissertação aprovada em: 25 de janeiro de 2023

Lisboa

2022



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA

Mestrado em Serviço Social

**Desenvolvimento local de comunidades rurais:
o papel dos assistentes sociais no âmbito do
Programa Rede Social**

Francisca Madeira e Leitão

Lisboa

Julho 2022



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA

Mestrado em Serviço Social

**Desenvolvimento local de comunidades rurais:
o papel dos assistentes sociais no âmbito do
Programa Rede Social**

Francisca Madeira e Leitão

Lisboa

Julho 2022

Francisca Madeira e Leitão

Desenvolvimento local de comunidades rurais:
o papel dos assistentes sociais no âmbito do
Programa Rede Social

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de
Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada para
a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Isabel de Jesus
Sousa

Lisboa

Julho 2022

FICHA TÉCNICA

Autora Francisca Madeira e Leitão
Orientadora Prof.^a Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa
Título Desenvolvimento local de comunidades rurais: o papel dos assistentes sociais no âmbito do Programa Rede Social
Local Lisboa
Ano 2022

MEDIATECA DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

LEITÃO, Francisca Madeira e, 1997-

Desenvolvimento local de comunidades rurais : o papel dos assistentes sociais no âmbito do Programa Rede Social / Francisca Madeira e Leitão ; orientado por Maria Isabel de Jesus Sousa. - Lisboa : [s.n.], 2022. - Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada.

I - SOUSA, Maria Isabel de Jesus, 1956-

LCSH

1. Desenvolvimento rural - Portugal - Alentejo
2. Serviço social rural - Portugal - Alentejo
3. Assistentes sociais - Prática profissional
4. Alentejo (Portugal) - Condições sociais
5. Universidade Lusíada. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. Rural development - Portugal - Alentejo
2. Social service, rural - Portugal - Alentejo
3. Social workers - Practice
4. Alentejo (Portugal) - Social conditions
5. Universidade Lusíada. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HN600.Z9 C65 2022

À memória dos meus avós Angélica e Abílio,
que partiram demasiado cedo.

Aos meus pais, avós e irmã gémea, o
principal pilar da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional, confiança, carinho, constante suporte e incentivo, ao longo desta pesquisa e em toda a minha vida.

À Professora Doutora Maria Isabel de Sousa, pela sua orientação, constante incentivo e motivação, por todos os seus ensinamentos, apoio e amizade imprescindíveis para o desenvolvimento desta Dissertação.

Aos Professores do Instituto Superior de Serviço Social, da Universidade Lusíada de Lisboa, por toda a aprendizagem e pelo conhecimento transmitido ao longo deste ciclo.

A todos os meus amigos, pelo apoio e amizade, o meu profundo agradecimento.

Ao João, sempre ao meu lado nesta jornada e ao longo destes últimos oito anos. Pelo amor, amizade e apoio incondicional.

À minha irmã, Carlota, pela nossa união em todas as conquistas e momentos mais difíceis. Pela força, amor e apoio incondicional, desde sempre.

APRESENTAÇÃO

Desenvolvimento Local de Comunidades Rurais: O papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social

Francisca Madeira e Leitão

Este estudo constituiu uma abordagem ao papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social, tendo como objetivo geral compreender a representação social destes profissionais relativamente ao seu papel no desenvolvimento local, e, mais especificamente, no âmbito do Programa Rede Social. Face a este contexto, colocou-se a questão central desta investigação: Quais os contributos dos Assistentes Sociais, percebidos pelos próprios, no âmbito do desenvolvimento local? Esta investigação assume-se de natureza qualitativa, adotando-se como abordagem metodológica o estudo de caso, centrado num município do Alentejo. Para a recolha de dados empíricos, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas a quatro Assistentes Sociais. Foi então possível conhecer o entendimento e as perspetivas das entrevistadas relativamente ao seu papel no desenvolvimento local, no âmbito do Programa Rede Social. Concluiu-se que, todas as Assistentes Sociais participantes no estudo consideram a profissão de Serviço Social indispensável ao desenvolvimento local da comunidade. A intervenção em parceria foi valorizada pela maioria das entrevistadas, considerando que responde aos problemas e necessidades dos indivíduos da comunidade. Concluiu-se, igualmente, que o Programa Rede Social se revela fundamental numa comunidade rural, embora sejam apontadas vulnerabilidades ao processo de funcionamento da Rede Social, por parte das entrevistadas. De assinalar, algumas dificuldades verificadas no estudo, nomeadamente, a existência de poucos Assistentes Sociais no terreno e dificuldades no acesso ao campo empírico, uma vez que nem todos os Assistentes Sociais puderam ou estiveram disponíveis para participar.

Palavras-chave: Assistentes Sociais, Serviço Social, Rede Social, Desenvolvimento Local, Comunidades Rurais, Ação Coletiva.

PRESENTATION

Local Development of Rural Communities: The role of Social Workers under the Social Network Program

Francisca Madeira e Leitão

This study composes an approach to the role of Social Workers within the Social Network Program, with the general objective of understanding the social representation of these professionals in relation to their role in local development, and, more specifically, within the Social Network Program. Given this context, the central question of this investigation was posed: What are the contributions of Social Workers, perceived by themselves, in the context of local development? This investigation is of a qualitative nature, adopting the case study as a methodological approach, centered on a municipality in the Alentejo. For the collection of empirical data, semi-structured interviews with four Social Workers were used. It was then possible to know the understanding and perspectives of the interviewees regarding their role in local development, within the scope of the Social Network Program. It was concluded that all Social Workers participating in the study consider the Social Work profession indispensable to the local development of the community. The partnership intervention was valued by most of the interviewees, considering that it responds to the problems and needs of individuals in the community. It was also concluded that the Social Network Program proves to be fundamental in a rural community, although vulnerabilities to the process of functioning of the Social Network are pointed out by the interviewees. It should be noted that some difficulties were found in the study, namely, the existence of few Social Workers in the field and difficulties in accessing the empirical field, since not all Social Workers could or were available to participate.

Keywords: Social Workers, Social Service, Social Network Program, Local Development, Rural Communities, Collective Action.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados das Entrevistadas	79
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

CLAS - Conselhos Locais de Ação Social

CSF- Comissões Sociais de Freguesia

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

SUMÁRIO

Introdução.....	19
Parte I – Enquadramento teórico	23
1. Desenvolvimento Local.....	23
1.1. O Conceito de Desenvolvimento.....	23
1.1.1. Do “Desenvolvimento” aos “Desenvolvimentos”.....	24
1.2. O Local e o Desenvolvimento Local.....	28
2. O Programa Rede Social: Génese e Enquadramento Legal.....	31
2.1. Princípios e Objetivos.....	34
3. A Rede Social enquanto medida de política.....	39
3.1. A Nova Geração de Políticas Sociais Ativas e o Desenvolvimento Local.....	40
3.1.1. A Pobreza e a Exclusão Social.....	44
3.1.2. O Programa Rede Social como estratégia para a promoção do desenvolvimento local.....	47
3.1.2.1. Coesão Territorial, Inovação Social e o Programa Rede Social.....	49
4. Serviço Social e o Trabalho em Parceria.....	53
4.1. Ação Coletiva, Parceria e Participação no contexto da Rede Social.....	55
4.2. Serviço Social e Desenvolvimento Local.....	57
4.3. O Serviço Social Rural.....	59
Parte II – Metodologia de Investigação	65
5. Estratégia de Investigação.....	67
5.1. Métodos e Técnicas de Investigação.....	69
5.1.1. Pesquisa Documental.....	70
5.1.2. Entrevista Semiestruturada.....	70
5.1.3. Análise de Conteúdo.....	73
6. Preocupações Éticas.....	77
Parte III – Apresentação e discussão de resultados	79
7. Contextualização do campo empírico e breve caracterização do painel de entrevistadas.....	79
8. A Intervenção Social dos Assistentes Sociais para o desenvolvimento local.....	81
8.1. Perspetivas das Assistentes Sociais face ao Programa Rede Social.....	82
8.1.1. Contextualização do Programa Rede Social no município.....	82
8.1.2. Eficácia do Programa Rede Social no combate à pobreza e exclusão.....	83
8.1.3. Promoção da coesão territorial e social no Programa Rede Social.....	84
8.1.4. Vantagens e vulnerabilidades do Programa Rede Social.....	84
8.1.5. Importância da Rede Social numa comunidade rural.....	85
8.2. Intervenção social em parceria.....	86

8.2.1. Percepção do trabalho em parceria.....	86
8.2.2. Importância das parcerias no exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Rede Social	87
8.2.3. Participação das entidades parceiras no Programa Rede Social.....	88
8.2.4. Contributos do trabalho em parceria para o desenvolvimento local	89
8.2.5. Combate aos problemas dos indivíduos da comunidade através do trabalho em parceria	90
8.2.6. Efetivação dos valores e princípios éticos na profissão de Assistente Social	91
8.2.7. Pontos fortes e pontos fracos da intervenção em parceria	92
8.3. Papel do Serviço Social no âmbito do desenvolvimento local	93
8.3.1. Papel desempenhado no contexto da Rede Social	93
8.3.2. Práticas inovadoras do Programa Rede Social no município	93
8.3.3. Contributos do Serviço Social para o desenvolvimento local	94
8.4. Participação e Integração dos cidadãos.....	95
8.4.1. Relação entre a instituição, a comunidade local e o Assistente Social	95
8.4.2. Integração e envolvimento dos cidadãos na Rede Social.....	96
8.4.3. Importância dos diferentes parceiros em relação à participação dos indivíduos.....	96
8.5. Serviço Social Rural.....	97
8.5.1. Campo distinto da prática?.....	97
8.5.2. Especificidades e/ou desafios na intervenção social em contexto rural	98
Conclusão.....	101
Referências	105
Apêndices.....	113
Lista de Apêndices	115
Apêndice A	117
Apêndice B	121

INTRODUÇÃO

A presente investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social da Universidade Lusíada de Lisboa, intitulando-se: “Desenvolvimento Local de Comunidades Rurais: o papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social”.

A escolha do tema de investigação decorre da importância que o desenvolvimento local representa para uma determinada região, território ou comunidade, e também do interesse da investigadora em compreender o papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social.

O tema desta investigação torna-se pertinente, uma vez que o Programa Rede Social se assume como um instrumento fundamental nos processos de desenvolvimento local, quer pela sua proposta metodológica de implementação de processos de planeamento estratégico territorializados e participados, quer como suporte de intervenções sociais que se perseguem, cada vez mais, integradas e eficazes; quer ainda como uma medida de política social que pretende responder à multidimensionalidade dos problemas sociais existentes (Castro e Gonçalves, 2002, p. 74). Deste modo, o Programa Rede Social tem como finalidade o combate à pobreza e exclusão social no sentido do desenvolvimento local, consistindo esta perspectiva de desenvolvimento local no trabalho em parceria (Castro e Gonçalves, 2002, p. 80), onde a comunidade local é também envolvida, deixando os cidadãos de serem vistos como, meramente, objetos de intervenção, passando a ser vistos como sujeitos ativos e participativos no seu processo de transformação de realidade (Adion, 2003, p. 1045). Assim, na intervenção social, a parceira assume-se como um processo de desenvolvimento local integrado na participação local da comunidade, onde o diálogo e a colaboração entre os diversos parceiros permitem otimizar sinergias numa intervenção conjunta, tendo em vista em objetivos comuns (Oliveira, 2010, p. 16). O trabalho em rede/parceira refere-se, assim, às diversas formas de organização do trabalho intra e interinstitucional desenvolvido entre profissionais de forma a expandir as potencialidades do seu próprio trabalho, situando no centro o utente, a família, o coletivo ou a comunidade, no fundo, o sistema no qual e para o qual intervêm (Guadalupe, 2010, p. 116). Neste sentido, a parceria torna-se indispensável no Serviço Social, uma vez que é essencial uma intervenção conjunta entre as diferentes instituições e/ou entidades para que se consiga, eficaz e

eficientemente, intervir de forma exata sobre os problemas, identificado e resolvendo-os numa intervenção partilhada e integrada (Oliveira, 2010, p. 17).

Pretendeu-se, deste modo, com esta investigação, questionar os contributos dos Assistentes Sociais no âmbito do desenvolvimento local de um município do Alentejo, assumindo-se como objeto de estudo as representações sociais dos Assistentes Sociais relativamente ao seu papel no desenvolvimento local, no âmbito do Programa Rede Social, para o qual se apresentam os objetivos específicos da investigação: 1) compreender a intervenção dos Assistentes Sociais no âmbito do desenvolvimento local da comunidade; 2) compreender em que medida os Assistentes Sociais desenvolvem estratégias que integrem e envolvem os cidadãos no desenvolvimento local; 3) compreender as perspetivas dos Assistentes Sociais relativamente ao Programa Rede Social.

A presente investigação assume-se de natureza qualitativa, pois é uma metodologia que permite entender as perceções, opiniões e motivações dos entrevistados (Coutinho, 2020, p. 28). Adotando-se como abordagem metodológica o estudo de caso, centrado num município do Alentejo. No que respeita à recolha de dados empíricos, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas, desenvolvendo-se um guião de entrevista, composto por VI dimensões, direcionado às Assistentes Sociais do município em estudo.

Este trabalho está estruturado em torno de oito capítulos. O primeiro, respeita ao desenvolvimento local, enquadrando-se o conceito de desenvolvimento e o surgimento de seis novos conceitos de desenvolvimento (Sustentável; Local; Participativo; Humano; Social; Integrado); abordando-se, por fim, o conceito de local e de desenvolvimento local. O segundo capítulo dedica-se ao surgimento do Programa Rede Social, ao seu enquadramento legal e aos seus princípios e objetivos. Já o terceiro capítulo respeita à Rede Social enquanto medida de política, abordando-se a nova geração de políticas sociais ativas, no combate a problemas sociais como a pobreza e exclusão social, promovendo o desenvolvimento local; discutindo-se ainda os conceitos de pobreza e exclusão social. Este capítulo foca-se também no programa Rede Social como estratégia para a promoção do desenvolvimento local e nos conceitos de coesão territorial e inovação social visados pelo programa. O quarto capítulo destina-se à profissão de Serviço Social e à sua ligação com o trabalho em parceria; aborda-se a ideia de ação coletiva como central à parceria, o conceito de participação social associado à profissão de Serviço Social e ainda a participação ativa dos cidadãos na

Rede Social. Este capítulo versa ainda a importância do Serviço Social no processo de desenvolvimento local e as práticas e especificidades do Serviço Social rural. O capítulo cinco é referente às estratégias de investigação, onde são definidos os objetivos de investigação, apresentado o método de investigação e as técnicas adotadas, nomeadamente, a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a técnica de tratamento e análise de dados da pesquisa qualitativa - a análise de conteúdo. O capítulo seis respeita às preocupações éticas da pesquisa. Já o capítulo sete remete à contextualização do campo empírico e a uma breve caracterização das entrevistadas. No oitavo, e último capítulo apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos na investigação, destacando-se as perspetivas das Assistentes Sociais face ao Programa Rede Social; a intervenção social em parceria; o papel do Serviço Social no âmbito do desenvolvimento local; a participação e integração dos cidadãos; e o Serviço Social rural.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é um conceito que surge após a segunda guerra mundial e o seu debate, longe de estar consensualizado, tem sido enriquecido através do contributo de múltiplos intervenientes, tais como: economistas, poderes públicos, movimentos sociais, grupos sociais, organizações não governamentais, etc. e através de uma multiplicidade de instrumentos de análise como o índice de desenvolvimento humano, entre outros; contribuindo para a ampliação da discussão em torno das consequências e resultados dos modelos de desenvolvimento, mas também em torno das condições que são fundamentais para que o desenvolvimento aconteça (Ramos, 2008, p. 4).

As críticas ao modelo de desenvolvimento vigente desde o pós segunda guerra mundial, estruturado em torno de uma conceção de um modelo homogéneo e universal, e do entendimento de que o crescimento económico constituía condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, dão lugar a uma discussão sobre modelos alternativos onde a dimensão económica constitui um meio (e não fim), para promover melhores condições de vida para as populações, nomeadamente as mais desfavorecidas. (Friedman; Sousa Santos, *apud* Ramos, 2008, p. 4)

Assim, o conceito desenvolvimento engloba várias definições de diversos autores e como tal, diversas perspetivas. Uma das mais simples definições de desenvolvimento é dada por Robert Chambers, *apud* Costa (2009, p. 5), definindo desenvolvimento como uma mudança boa (*good change*), onde a mudança é vista como um processo contínuo, abrangente e que ocorre a vários níveis; e o bom é tido como uma visão que permite medir se há mais ou menos desenvolvimento.

Segundo Roque Amaro (2003, p. 67), o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes nas Ciências Sociais, afirmando-se como um mobilizador da mudança e da transformação das sociedades e dos indivíduos. Para David Simon (2001, p. 5), o desenvolvimento configura-se como: “a diverse and multifaceted process of

predominantly positive change in the quality of life for individuals and society in both material and non-material respects”.¹

Neste sentido, desenvolvimento é concebido como

um processo de qualquer mudança gradual, induzido por etapas até que se chegue a uma situação ideal (moderna) por oposição à situação inicial (tradicional) (...) Em sistemas complexos, como as sociedades humanas, o desenvolvimento só ocorre quando conseguem se instalar padrões de interação internos (entre os elementos do conjunto) e externos (com o meio circundante) que melhor assegurem as condições de existência do conjunto, quer dizer, da sociedade como tal. (Rocha, 2008, p. 266-267)

Assim, uma sociedade na qual uma minoria de indivíduos melhora as suas condições de vida e bem-estar, mas não consegue melhorar as da restante população, não pode ser considerada uma sociedade que se desenvolve, embora possa crescer economicamente (Rocha, 2008, p. 267).

1.1.1. DO “DESENVOLVIMENTO” AOS “DESENVOLVIMENTOS”

O conceito de desenvolvimento surge relacionado com a ideia de crescimento económico, associado aos progressos da indústria. Porém, essa abordagem entra em rutura devido à “inoperacionalidade dos modelos unicamente tendentes ao crescimento” (Monteiro, 2008, p. 18), concebendo-se uma nova interpretação do conceito, em que surgem inúmeros contributos de diversos autores, cada vez mais orientados numa lógica de bem-estar dos indivíduos e populações (Monteiro, 2008, p. 18).

É conferido ao desenvolvimento uma dinâmica sistémica, na medida em que se afirma como um processo global, integrado e endógeno: global uma vez que, enquanto processo, pressupõe a existência de um conjunto de fatores que o constituem; integrado por implicar a inter-relação entre as dimensões constituintes e endógeno por se alicerçar nas características e nas potencialidades internas, atendendo aos objetivos identificados localmente (Brito, 2004, p. 54). Nesta perspetiva, “o desenvolvimento adquire um carácter sistémico, articulando as partes constituintes num todo” (Monteiro, 2008, p. 18).

¹ “Um processo diverso e multifacetado de mudança predominantemente positiva na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade, quer em aspetos matérias, como não materiais” (Tradução nossa).

Deste modo, o desenvolvimento passa a ser perspectivado a partir de indicadores qualitativos e de ordem eminentemente social, incorporando todas as dimensões que o constituem (Brito, 2004, p. 55).

Neste sentido, com a reformulação do conceito de desenvolvimento, surgem no final do século XX, seis novos conceitos (Amaro, 2003, p. 55):

- Desenvolvimento Sustentável;
- Desenvolvimento Local;
- Desenvolvimento Participativo;
- Desenvolvimento Humano;
- Desenvolvimento Social;
- Desenvolvimento Integrado.

Organizam-se, assim, os cinco primeiros em três grandes fileiras ou famílias conceptuais, ficando o último à parte, enquanto conceito transversal: a fileira ambiental; a fileira das pessoas e das comunidades e a fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana (Amaro, 2003, p. 55).

No que respeita à fileira ambiental esta é a que integra a consciência ambiental, procurando conciliar o desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental, sendo por isso expressa através do conceito de Desenvolvimento Sustentável (Amaro, 2003, p. 55). Deste modo, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, designa “o processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (Amaro, 2003, p. 55).

A fileira das pessoas e das comunidades é central às pessoas e às comunidades locais uma vez que se afirmam como os protagonistas no seu processo de desenvolvimento sendo também, por isso, a fileira da participação e da cidadania, em que o desenvolvimento é, antes de mais, o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos (Amaro, 2003, p. 57). Assim, esta fileira expressa-se nos conceitos de Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo (Costa, 2009, p. 13).

O Desenvolvimento Local considera-se como:

o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (Amaro, 2003, p. 57)

Por sua vez, o conceito de Desenvolvimento Participativo:

põe o acento tónico na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres. (Amaro, 2003, p. 57)

Ambos os conceitos estão relacionados com o conceito de *empowerment*, que se assume como uma condição para a participação e para o aumento da eficácia do exercício pleno da cidadania dos indivíduos, grupos e comunidades (Amaro, 2003, p. 58).

Relativamente à fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana, o desenvolvimento está associado à defesa e ao respeito dos Direitos Humanos, bem como ao compromisso de assegurar os limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana, traduzindo-se nos conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social (Amaro, 2003, p. 58).

Neste sentido, é central ao Desenvolvimento Humano o aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de modo que as suas necessidades básicas sejam atendidas e colmatadas, para que a sua segurança pessoal seja assegurada e para que estes alcancem um nível de vida digno em todas as suas dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultural, entre outros) (Amaro, 2003, p. 58). O Desenvolvimento Humano está por isso, intimamente, relacionado com Pessoas, com o aumento das suas opções, para que possam levar uma vida plena, criativa, digna e livre (PNUD, 2003, p. 28).

Fundamental para a expansão das opções humanas é a construção de capacidades humanas: o conjunto de coisas que as pessoas podem ser. As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são: viver uma vida longa e saudável, ser instruído, ter um nível de vida digno e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade. (PNUD, 2003, p. 28)

No que diz respeito ao Desenvolvimento Social, este é entendido como:

o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais. (Amaro, 2003, p. 59)

Por fim, o conceito de Desenvolvimento Integrado que segundo Roque Amaro (2003, p. 59), apesar de este não conter o mesmo valor científico e institucional dos anteriores, é referido transversalmente em todos eles. Este pressupõe, então, uma abordagem interdisciplinar e é entendido como:

o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc. (Amaro, 2003, p. 59)

Em suma, segundo Roque Amaro (2003, p. 59-60), estes seis novos conceitos são extremamente relevantes no que respeita às conceções tradicionais de desenvolvimento, podendo-se resumir em sete pontos:

- O seu carácter multidimensional e a sua visão interdisciplinar;
- A mudança do foco da satisfação de necessidades para a realização e fomentação das capacidades das pessoas;
- A sua relação intrínseca com o conceito e os processos de cidadania, implicando metodologias participativas e uma lógica de *empowerment*;
- Uma nova relação com a Natureza baseada na interdependência sistémica;
- A redefinição das suas bases territoriais, na medida em que deixa de se basear apenas no Estado-Nação, assumindo uma multiterritorialidade que, inclui os níveis supranacional e transnacional (definidores do global) e infranacional (ao nível local), podendo ser, simultaneamente, global e local.
- A sua associação a uma multiplicidade de protagonistas (todos os cidadãos e todos os seus modelos organizativos, formais e informais, públicos ou privados);
- A extraordinária diversidade de caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo, por isso, uma criatividade permanente.

Desta forma, sendo o conceito de desenvolvimento local central à presente investigação é sobre este que versa o próximo ponto.

1.2. O LOCAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O local diz respeito, à partida, a uma conceção geográfica que determina uma proximidade física e uma delimitação. Todavia, quando essa noção geográfica se passa a referir a uma aproximação entres pessoas, adquire um significado sociológico (Carvalho, 2010, p. 21). O espaço geográfico torna-se num local de aproximação, encontro, relação, afinidade e identidade cultural, nomeadamente, no que respeita aos valores e comportamentos dos indivíduos, grupos e comunidades (Carvalho, 2010, p. 21).

Desta forma, o local é caracterizado pelo seu duplo carácter pois, por um lado, representa o *locus* da vida social, isto é, o lugar onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais ganham visibilidade e relevância, mas por outro depende das formas de relação que lhe são externas (Fragoso, 2005, p. 63). Segundo Reis, *apud* Fragoso (2005, p. 63) “as estruturas localmente consolidadas em conjunto com as relações de poder externas aos sistemas locais estruturam, assim, o campo possível das ações”.

Neste sentido, é visível no local a mediação uma vez que é nele que se recebem e processam dados das mais vastas estruturas e, quando adaptados, são utilizados por aqueles que nele se movimentam, nomeadamente, os agentes locais; simultaneamente é também no local que se recebem, processam e canalizam políticas e práticas capazes de reconstruir e reorganizar estruturas (Ruivo, 1990, p. 78).

O local é suficientemente vago para escapar, ainda que parcialmente, a delimitações sócio espaciais rígidas, mas, por outro lado, encontra na proximidade possibilidades de intervenção concretas. (Fragoso, 2005, p. 64)

Assim, o local é o espaço que possibilita a efetivação de programas setoriais bem como a participação ativa dos cidadãos (Melo, *apud* Fragoso, 2005, p. 64). É, então, definido pelas pessoas que o habitam, uma vez que são estas que o edificam; sendo por isso o local um conjunto inter-relacionado de redes sociais e culturais repletas de particularidades e singularidades (Fragoso, 2005, p. 64).

No que respeita ao conceito de desenvolvimento local, este surge na Europa após a segunda guerra mundial, ganhado maior relevância nos anos 80, na medida em que,

neste período se explorava, em toda a Europa, meios inovadores de se investir na valorização multidimensional e na emancipação das pessoas, de modo a promover a responsabilidade e o compromisso dos indivíduos e coletividades acerca do futuro dos territórios que habitam e constituem (Guia das OIDL, 2003, p. 29). Em termos conceptuais, Buarque (1999, p. 9), define desenvolvimento local como: “um processo endógeno registado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

O desenvolvimento local representa, portanto, uma transformação nas bases económicas e na organização social local, decorrente da mobilização das sinergias societais, com a finalidade de explorar as suas capacidades e potencialidades (Buarque, 1999, p. 9).

De salientar que, é através de uma envolvente política e social propícia que decorrem experiências de desenvolvimento local bem-sucedidas, nomeadamente, através de uma:

mobilização, e, principalmente, de uma importante convergência dos atores sociais do município ou comunidade, em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar energias e promover a dinamização e transformação da realidade. (Buarque, 1999, p. 10)

Por sua vez, para Roque Amaro (2009, p. 111), o desenvolvimento local inscreve-se numa comunidade territorial com uma identidade comum e exige a mudança social, nomeadamente, através da adoção de metodologias participativas e *empowerment*, de forma a melhorar o bem-estar e qualidade de vida da comunidade. Nesta ótica, promover o desenvolvimento local significa:

implementar ações nos territórios e comunidades que permitam aos cidadãos a sua participação ativa, um controlo social efetivo sobre a gestão pública pelo meio de uma sociedade civil fortalecida e o *empowerment* dos grupos sociais, antes marginalizados, nas instâncias superiores de tomada de decisão. (Rocha, 2015, p. 59)

Trata-se, então, de um processo de *empowerment*, não só dos indivíduos, como também das organizações e das comunidades. Segundo Henriques, *apud* Ramos

(2009, p. 6), o desenvolvimento local traduz-se como sendo o “local” de outro desenvolvimento uma que vez possibilita e impulsiona a “criação de espaços de oportunidades de exercício de uma verdadeira democracia e de aprendizagem da cidadania” (Ramos, 2009, p. 6).

À une échelle qu’il peut saisir et dans un langage qui soit le sien, chacun peut dire son mot, exprimer ses aspirations, mobiliser ses ressources en intégrant ses choix dans des perspectives dynamiques et plus vastes. Il ne suffit pas d’être acteur de son développement, encore faut-il en être véritablement l’auteur.² (Dinet, *apud* Ninacs, p. 17)

Em síntese, o desenvolvimento local configura-se como um processo de mudança, que fomenta o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e comunidades locais; centra-se numa comunidade territorial de pequena dimensão, marcada pela sua identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e afirmar a sua autonomia; pretende satisfazer e colmatar as necessidades da comunidade, através da mobilização de sinergias, capacidades e competências locais, sendo para tal necessário a adoção de metodologias participativas e *empowerment* da comunidade local (Amaro, 2009, p. 111).

O desenvolvimento local assenta, por isso:

numa perspetiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas, o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, a articulação de vários atores sociais, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local com impacto tendencial em toda a comunidade (Amaro, 2009, p. 111)

Assim, uma vez que a Rede Social se consolida no local (Oliveira, 2004, p. 214) e se assume como um importante instrumento para o desenvolvimento local no combate à pobreza e exclusão social (Castro e Gonçalves, 2002, p. 74), é sobre esta que versa o próximo capítulo.

² “Numa escala que ele se possa apropriar e numa linguagem que seja a sua, cada um pode dizer a sua palavra, exprimir as suas aspirações, mobilizar os seus recursos ao integrar as suas escolhas em perspetivas mais dinâmicas e mais amplas. Não basta ser ator do seu desenvolvimento, é preciso ainda ser um verdadeiramente autor.” (Tradução nossa).

2. O PROGRAMA REDE SOCIAL: GÉNESE E ENQUADRAMENTO LEGAL

O Programa Rede Social foi criado em 1997, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 197/97, de 18 de novembro, regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de fevereiro e institucionalizado através do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho (Despacho Normativo n.º 8/2002; Decreto-Lei n.º 115/2006).

O Programa Rede Social surge, em Portugal, no contexto em que se afirmavam importantes tendências na área social, quer em Portugal, quer no conjunto dos países da União Europeia, as quais se enquadram no contexto da superação do paradigma assistencialista e da afirmação de políticas sociais ativas que visam a inclusão social (Castro e Gonçalves, 2002, p. 71). De acordo com Castro e Gonçalves (2002, p. 71), este contexto traduz-se pelo desenvolvimento, nos países da União Europeia, com ritmos distintos e diversas formas de adaptação aos contextos nacionais, de algumas tendências de evolução relevantes que caracterizam o pensamento teórico-metodológico e a definição de políticas e orientações práticas, entre as quais se destacam as seguintes.

Em primeiro lugar, evidencia-se a defesa da noção de desenvolvimento social, “colocada na ordem do dia pela Cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano, organizada pela ONU e realizada em Copenhaga, em março de 1995 e subscrita por Portugal” (Castro e Gonçalves, 2002, p. 71). Esta noção emerge como contraponto às políticas de desenvolvimento meramente centradas no crescimento económico, “geradoras de uma utilização desmedida de recursos naturais a par com extensão de situações de miséria e exclusão, defendendo uma ideia de desenvolvimento que pressupõe o esforço para erradicar aquelas situações” (Castro e Gonçalves, 2002, p. 71). A Cimeira de Copenhaga sustenta, então, que o combate à pobreza e à exclusão social deve ser enquadrado nas dinâmicas de desenvolvimento sustentado, pressupondo, assim, uma articulação entre os diversos desenvolvimentos, nomeadamente, o económico, social e ambiental, a participação ativa dos atores sociais visados pelas medidas de intervenção social, a abertura, a transparência nas diferentes formas de administração pública central e local e a cooperação entre elas (Castro e Gonçalves, 2002, p. 71).

Em segundo lugar, afirma-se a tendência para o desenvolvimento de projetos integrados, que se caracterizam pelo seu âmbito territorializado e pela sua transversalidade, nomeadamente, no que diz respeito às várias áreas de intervenção,

como forma de responder à multidimensionalidade dos problemas da pobreza e exclusão social, bem como à tendência para a aglomeração destes problemas em zonas de exclusão nas quais, devido a mecanismos de agregação e segregação, se concentra uma população submetida a fatores de exclusão inerentes à sua condição social e ao espaço desvalorizado que habitam (Bourdieu, *apud* Castro e Gonçalves, 2002, p. 72).

Assim, a dimensão e recorrência deste tipo de situações, nomeadamente, em bairros degradados e de habitação social da periferia das grandes concentrações urbanas, e/ou associadas à desertificação, ao envelhecimento da população e ao desaparecimento de atividades económicas tradicionais nas zonas rurais, gerou uma consciencialização para estes problemas e a necessidade de repensar as formas tradicionais de intervenção, perspetivando o desenvolvimento de projetos e ações transversais capazes de transformar os territórios em espaços potenciadores de desenvolvimento (Castro e Gonçalves, 2002, p. 72).

Em terceiro lugar,

o Programa Rede Social surge num contexto em que na maioria dos países da União Europeia, se constata uma progressiva tendência para a descentralização de competências e o envolvimento dos governos locais, designadamente no âmbito da ação social. (Castro e Gonçalves, 2002, p. 72)

Esta tendência fundamenta-se na proximidade dos governos locais aos cidadãos e, por consequência, no conhecimento dos problemas do território, bem como na capacidade e legitimidade de mobilização das mais diversas entidades para a resolução dos mesmos (Castro e Gonçalves, 2002, p. 72).

Por fim, nos países da União Europeia, torna-se relevante a ideia de participação ativa das populações visadas por medidas de política, programas e projetos, na resolução dos seus próprios problemas, pressupondo, assim, o desenvolvimento de formas de organização dessas mesmas populações e a participação dos grupos que as representam, não só na execução das ações concretas, mas na própria definição das medidas e projetos que deverão transformar as suas condições de vida (numa lógica de bem-estar) (Castro e Gonçalves, 2002, p. 72).

A Rede Social define-se, então, como: "(...) um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar" (Resolução do Conselho de

Ministros n.º 197/97, 1997). Configura-se, assim, como um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, conjugando esforços para prevenir, atenuar ou erradicar as situações de pobreza e exclusão social, e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria e cooperação (Portal da Segurança Social, 2019).

(...) trata-se de um programa de desenvolvimento social local, assente numa visão territorializada dos problemas sociais e dos recursos (...) com a finalidade última de contribuir para que cada comunidade crie e experimente novas formas de conjugação de esforços, avance na definição de prioridades e planeie — de forma integrada e participada — o esforço coletivo de diagnóstico dos problemas à escala concelhia e regional, procurando, em sede de parceria local e regional, as hipóteses de solução para os mesmos problemas (Alves, 2010, p. 88).

Na sua essência, o Programa Rede Social assenta no reconhecimento da existência de múltiplas redes de solidariedade (umas de natureza formal, outras de natureza mais informal), tendo como objetivo a rentabilização dos recursos (humanos, técnicos, matérias, logísticos, etc.) existentes, tendo em conta a articulação e a integração da intervenção de cada um em torno da definição de objetivos e projetos de desenvolvimento local comuns (Amor, 2005, p. 39).

Deste modo, a Rede Social contribui e fomenta, definitivamente a consciência pessoal e coletiva dos problemas sociais, para a ativação dos meios e agentes de resposta e para as inovações (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, 1997).

Conforme afirma Amor (2005, p. 40),

tendo por pressuposto a multidimensionalidade e o reforço multicausal dos fenómenos de pobreza e de exclusão social, o Programa Rede Social apelava à articulação intersectorial da intervenção e à racionalização dos recursos existentes. Simultaneamente, associava-se a uma perspetiva territorializada da intervenção que remete para o nível local a procura de respostas sociais integradas, articuladas e participadas.

De acordo com Castro e Gonçalves (2002, p. 72), a noção de Rede Social que a RCM 197/97 consubstancia tem como finalidade reavivar e conferir um carácter institucionalizado às redes informais, sendo estas constituídas a partir de diversas relações de entreajuda e de solidariedade familiares, de vizinhança, associativas,

profissionais e outras mais alargadas, de modo a incrementar e a estimular uma consciência coletiva no que respeita aos múltiplos problemas sociais e, ao mesmo tempo, fomentar redes de apoio social integrado de âmbito local.

Neste sentido, o fomento das redes de apoio social integrado, traduz-se na criação de Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e de Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), “enquanto formas organizativas concretas que materializam a Rede Social, constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelho” (NRS, 2001, p. 12).

Compete, então, às estruturas da Rede Social (CLAS E CSF), elaborar e aprovar os respetivos Regulamentos Internos. Tratam-se de instrumentos de orientação e definição dos respetivos funcionamentos, salvaguardando e garantindo a aplicação dos princípios do Programa Rede Social (NRS, 2001, p. 12-13). Desta forma, uma vez que estas estruturas possuem funcionamentos autónomos, devem prever mecanismos de articulação que assegurem a complementaridade das respetivas intervenções e a concretização do princípio da subsidiariedade (NRS, 2001, p. 12-13), o qual será abordado de seguida, assim como todos os outros princípios e objetivos da Rede Social.

2.1. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

O Programa Rede Social tem como finalidade:

a erradicação da pobreza e exclusão social, a conceção e avaliação das políticas sociais, a renovação e a inovação de estratégias de intervenção no contexto das dinâmicas em presença e o planeamento estratégico. Para tal optou pelos princípios da parceria e do reconhecimento de complementaridades como estratégia operacional. (Guadalupe, 2016, p. 112)

Já a estratégia global do programa consiste em cinco princípios de ação: subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação (NRS, 2001, p. 14). No que respeita ao princípio da subsidiariedade este remete para uma intervenção territorializada e participativa na medida em que: “é no território, no local que os problemas terão de ser resolvidos; é próximo das populações que se deve atuar, de uma forma concertada, articulada e preventiva” (NRS, 2001, p. 14). É no local que se se identificam os problemas e as necessidades, os recursos, as potencialidades e as identidades dos agentes de mudança, bem como se ensaiam, inovam e desenvolvem

ações de intervenção coletiva, que visam a resolução e a satisfação dos problemas locais (NRS, 2001, p. 14)

O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efetiva e de formas de regulação social, em que o Estado, sociedade civil organizada e cidadãos se unem, criando fatores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos e do desenvolvimento social (NRS, 2001, p. 14).

Assim, deve-se assumir o desenvolvimento local enquanto uma responsabilidade coletiva (Guadalupe, 2016, p. 113) e compreender que este princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e as competências locais, se pode recorrer a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas (NRS, 2001, p. 14).

Relativamente ao princípio de integração, este é referente à integração social, sendo este um dos princípios basilares de todo o trabalho social, uma vez que apela ao desenvolvimento de intervenções integradas e multissetoriais de forma a responder eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos de pobreza e exclusão social (NRS, 2001, p. 14-15). Este princípio concretiza-se: “na convergência das medidas económicas, sociais e ambientais entre outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta” (NRS, 2001, p. 15); centrando-se também no incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado, apelando à participação de todos os atores sociais locais e à congregação dos recursos de todos, para colmatar os problemas sociais (NRS, 2001, p. 15).

Já o princípio de articulação remete para a necessidade de consolidação de redes de trabalho em parceira, cooperação e partilha de responsabilidades, capazes de articular a intervenção de um conjunto alargado de atores sociais locais em torno de um projeto de desenvolvimento global comum (Amor, 2005, p. 41). Assim, este princípio concretiza-se pelas funções do Programa Rede Social na medida em que este deve integrar um suporte da ação, mobilizar os recursos e as competências na e da comunidade e contribuir para a promoção de projetos de ação coletivos (NRS, 2001, p. 15).

O princípio de articulação (...) aponta para a criação de uma parceria estratégica integrando as parcerias sectoriais existentes num dado território e cuja esfera de atuação

se centra na planificação e coordenação das atividades dos diferentes atores envolvidos.
(NRS, 2001, p. 16)

Neste sentido, o princípio de articulação apela à mobilização da diversidade de competências e recursos existentes na comunidade local, em torno de projetos de desenvolvimento concebidos estratégica e coletivamente, sendo que, a sua concretização depende da capacidade de gestão e de negociação de interesses locais distintos, assim como de mecanismos de coresponsabilização (Amor, 2005, p. 41).

Este princípio defende, então, que o Programa Rede Social deve constituir-se como “um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, consolidando-se em torno da parceria” (Guadalupe, 2016, p. 112).

Quanto ao princípio da participação este enquadra-se no âmbito da proposta de reconceptualização da intervenção social, na medida em que estabelece ruturas com as formas mais “tradicionais” de ação, uma vez que se relegava para segundo plano a participação de um conjunto alargado de atores sociais locais (Amor, 2005, p. 41). Deste modo, este princípio de ação pressupõe que:

(...) o combate à pobreza e à exclusão social, numa perspetiva da promoção do desenvolvimento social, é tanto mais efetivo quanto resulte de um processo amplamente participado (...) a participação deve alargar-se aos atores locais e às populações, em particular às mais desfavorecidas e estender-se a todas as ações desenvolvidas no quadro do Programa. (NRS, 2001, p. 16)

Assim concebido, o princípio da participação apela para a consciencialização das entidades e populações locais sobre os problemas que originam os fenómenos da pobreza e exclusão social; para a mobilização dos atores sociais e populações locais em torno de ações concretas que pretendem a resolução dos problemas existentes e, por fim, apela à mobilização das pessoas que vivem em situação de exclusão, para que estas participem, ativamente, na resolução dos seus problemas (NRS, 2001, p. 16-17).

Por fim, o princípio da inovação que decorre do pressuposto que a emergência de novas problemáticas e as aceleradas mudanças sociais, que acarretam, permanentemente, reconfigurações em sistemas e estruturas sociais, mas também na própria emergência e configurações dos problemas sociais, exigem e necessitam da mobilização de políticas e instrumentos de intervenção inovadores (Amor, 2005, p. 41). Por esse motivo,

o Programa Rede Social releva as suas propriedades inovadoras na medida em que integra:

perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, ao desenvolvimento de uma parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento intersectorial da intervenção social no local (...) importa caminhar para a descentralização efetiva dos serviços, para a desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados, para a circulação e partilha da informação, para a criação de um sistema de comunicação fácil e acessível entre os serviços e os cidadãos e para formas de atuação que motivem a participação das comunidades locais. (NRS, 2001, p. 17)

Importa ainda mencionar que, da operacionalização da RCM, resultou a definição de três objetivos estratégicos para o Programa Rede Social, aos quais surgem associados seis objetivos específicos (Amor, 2005, p. 40).

Enquadram-se, neste âmbito, os seguintes objetivos estratégicos:

desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais; promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local; garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias. (NRS, 2001, p. 13)

Assim, dos objetivos estratégicos decorrem objetivos específicos que pressupõem:

induzir o diagnóstico e o planeamento participados; promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia; procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social; formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social; promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos; potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias. (NRS, 2001, p. 13)

3. A REDE SOCIAL ENQUANTO MEDIDA DE POLÍTICA

Na União Europeia e, conseqüentemente, em Portugal, assiste-se a um “conjunto de mudanças de orientação e de conceção de novas políticas sociais” que visam processos de inclusão social (Vasconcelos, 2011, p. 33). São, então, estas novas políticas que enfrentam, de forma mais adequada, o carácter multidimensional dos fenómenos da pobreza e exclusão social, revigorando e fortalecendo os poderes de intervenção da sociedade civil e da comunidade no combate aos seus problemas; dando primazia aos novos níveis de atuação, com uma maior proximidade dos problemas, e por consequência, das suas soluções (Vasconcelos, 2011, p. 33).

É, portanto, neste contexto que se insere o Programa Rede Social

integrado na nova geração de políticas sociais, estreitamente associada à questão dos direitos sociais e às novas perspetivas de inclusão social de indivíduos, grupos e comunidades vulneráveis ao risco de exclusão social. (Vasconcelos, 2011, p. 33)

Deste modo, o Programa Rede Social configura-se como um inovador e facilitador instrumento de operacionalização das políticas sociais ativas, uma vez que ao promover planos multidimensionais integrados de base territorial contribui, não só, para a complementaridade, a articulação e adaptação das políticas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais, como também incrementa a mobilização e coordenação de parcerias alargadas e a participação dos atores sociais locais, numa lógica de *empowerment* (Castro, 2000, p. 17).

Salienta-se que, o Programa Rede Social resultou de uma necessidade de espaços de reflexão e debate acerca das prioridades de intervenção a serem implementadas no território, contribuindo para a rentabilização de recursos e potencialidades e fomentando as diversas capacidades de resposta existentes localmente mediante a coordenação, articulação e integração da intervenção de cada uma das múltiplas estruturas de rede, de maneira a estabelecer objetivos e projetos de desenvolvimento social comuns. (Vasconcelos, 2011, p. 34). Segundo Castro (2009, p. 12),

(...) talvez o maior contributo da Rede Social seja a adoção e concretização de uma lógica de intervenção que pensa os problemas sociais como sendo multidimensionais e situados em territórios específicos, isto é, que pensa as pessoas no seu meio ambiente e o desenvolvimento dos territórios, sempre associado à promoção do bem-estar de todos os cidadãos e das comunidades (...). (Castro, 2009, p. 12)

É, portanto, essencial ao Programa Rede Social uma participação ativa de todos os indivíduos e grupos das comunidades locais (Costa, 2019, p. 15). Assim, o Programa Rede Social assume-se como:

uma iniciativa inovadora e portadora de condições para a mudança, ao apostar em metodologias participativas que possibilitem a evolução das práticas de parceria e de participação, ao mesmo tempo que as usa como plataforma para novos modelos de planificação e intervenção em prol do desenvolvimento local. (Monteiro, 2008, p. 93)

Considerando, assim, o papel fulcral das novas políticas sociais, não só no combate à pobreza e exclusão social, como na promoção do desenvolvimento local das comunidades (Vasconcelos, 2011, p. 33; Alves, 2010, p. 65), é sobre elas que versa o próximo ponto.

3.1. A NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS ATIVAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As décadas de 80 e 90 acarretaram transformações no que respeita ao domínio das políticas sociais direcionadas a problemas sociais como a pobreza e exclusão social (Alves, 2010, p. 46). Desta forma, devido ao Modelo Social Europeu que Portugal integrou e à respetiva orientação da política social europeia da altura, geraram-se consideráveis transformações ao nível das políticas sociais (Alves, 2010, p. 47).

Em primeiro lugar, as reflexões e debates acerca dos problemas da pobreza e exclusão social deixam de se cingir apenas às fronteiras do território nacional expandindo-se até à Europa (Alves, 2010, p. 47). Consequentemente, estes debates e reflexões intensificaram e fortaleceram a consciência política, social, académica e cívica perante aqueles fenómenos, nomeadamente acerca “do seu conteúdo, significado, volume e impactos” (Alves, 2010, p. 47).

Em segundo lugar, em consequência desta alteração, torna-se urgente reorientar as políticas sociais,

muitas vezes na base de um discurso que privilegia o estabelecimento de parcerias entre vários atores locais (públicos e privados), colocando uma ênfase na importância da mobilização da sociedade civil local e dos próprios grupos sociais vulneráveis à pobreza e à exclusão para um debate alargado e partilhado, quer no diagnóstico das situações

mais críticas, quer na procura de soluções de compromisso, mais eficazes e sustentáveis. (Alves, 2010, p. 47)

Assim, alcança expressividade o discurso orientado para a necessidade de expansão dos direitos sociais e a criação de políticas sociais ativas que visem a promoção de processos de inclusão social (Alves, 2010, p. 47).

No âmbito do programa estratégico da União Europeia e de cada um dos Estados-membros, ganham destaque as medidas ativas e preventivas nas mais diversas instâncias, uma vez que as políticas tradicionais de proteção social “não se revelavam capazes de fazer face aos desafios mais contemporâneos, perante o agravamento da exclusão social e o aparecimento de novas necessidades sociais” (Vasconcelos, 2011, p. 23).

Surge, assim, uma nova geração de políticas sociais, conotada com a passagem de um Estado-Providência Passivo para um Estado-Providência Ativo (Estivill e Caleiras, 2008, p. 8). Começa-se, desta forma, a privilegiar uma participação ativa dos indivíduos, e da própria sociedade civil, pressupondo assim uma política proactiva e um modo mais eficiente de promover e fomentar a inclusão social (Vasconcelos, 2011, p. 23-24).

Os modelos de intervenção social emergentes do Estado-Providência ativo assentam num conjunto de pressupostos inovadores e em novas modalidades de intervenção social, como a ação descentralizada e em parceria, a personalização e contratualização das respostas. (Vasconcelos, 2011, p. 24)

Este novo modo de intervir define-se em três grandes dimensões: “a criação de oportunidades, de direitos básicos e o estabelecimento de deveres” (Salselas, 1999, p. 120). Desta forma, “a nova geração de políticas sociais demarca-se da ideia de um Estado-Providência paternalista e como “máquina de indemnizar”” (Rosanvallon, *apud* Guadalupe, 2016, p. 112). Emerge uma filosofia de cidadania ativa, em que se evidencia uma relação com o utente na qualidade de cidadão e não apenas como um mero assistido, o que requer uma postura mais ativa do Estado e dos cidadãos (Guadalupe, 2016, p. 112). Alteram-se, também, os modelos de intervenção, transformando-se em modelos mais pró-ativos, quer no modo como os serviços respondem aos problemas e necessidades dos cidadãos sinalizados, quer como “estes são envolvidos nos planos traçados, ou como se partilham responsabilidades na intervenção” (Guadalupe, 2016, p. 112).

Neste sentido, as políticas sociais ativas configuram-se como políticas mais personalizadas, na medida em que respeitam o tempo do destinatário da política, procurando respostas ou programas específicos e adequados à situação dos destinatários (Vasconcelos, 2011, p. 24). No entanto, as políticas sociais ativas configuram-se, também, como as mais rigorosas tanto com os seus destinatários, como com os seus agentes, pois pressupõem:

uma certa capacidade de colaboração, de iniciativa, de autoconfiança e responsabilização por parte dos beneficiários dessas políticas nos processos de inclusão e a mobilização da sociedade, em termos de parceria, constituindo-se como promotoras de uma Cidadania Ativa. (Vasconcelos, 2011, p. 24)

Neste contexto - da nova geração de políticas sociais ativas - torna-se necessário uma análise sobre novos caminhos para a proteção social, nomeadamente, “a (re) afirmação da pertença territorial” (Vasconcelos, 2011, p. 24), ou seja, as políticas perdem a sua uniformidade, passando a adaptar-se a um determinado contexto territorial e às necessidades de cada pessoa, abrindo caminho para que se estabeleçam diferentes modelos de acordo com as características e especificidades regionais (Vasconcelos, 2011, p. 24).

Assim sendo, o campo das novas políticas sociais e o desenvolvimento local apresentam uma relação muito próxima, uma vez que na generalidade das propostas teóricas disponíveis sobre o desenvolvimento local, se encontra uma multiplicidade de campos de atuação, “em grande medida consonantes com a tipologia das políticas sociais existentes” (Alves, 2010, p. 65).

No que respeita, então, ao desenvolvimento local, assiste-se a uma apresentação e consolidação de um conjunto de programas e medidas de política social, que se configuram como importantes instrumentos para novas formas de intervenção social, tendo como finalidade não só a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social, mas também formas inovadoras de coordenar e mobilizar um diverso conjunto de atores sociais, de inserção institucional distinta, no âmbito da formação de parcerias alargadas (Alves, 2010, p. 67).

A ideia fundamental e transversal a muitas destas políticas sociais ativas passa então pelo equacionamento de estratégias de intervenção social que promovam um desenvolvimento social sustentável, o qual poderá efetivar-se através de mecanismos de requalificação profissional, de acesso ao emprego, mas também através da promoção

e melhoria dos níveis qualificacionais da população ativa e pela criação de condições que facilitem o acesso a um conjunto variado de recursos e direitos cívicos, sociais e políticos, considerados necessários a uma qualidade de vida condigna e mais igualitária. (Alves, 2010, p. 67)

Assim, esta nova geração de políticas sociais ativas tem como principais objetivos promover um conceito de cidadania, garantindo o pleno exercício dos direitos cívicos e da inserção societal, bem como reconhecer a importância da igualdade de oportunidades na sociedade, de forma a que esta se torne mais democrática (Alves, 2010, p. 67). Desta forma, “a satisfação das necessidades humanas, a resolução de problemas sociais e o bem-estar da população em geral, constituem o fundamento e justificam a existência das políticas sociais ativas” (Alves, 2010, p. 67).

Assim sendo, certas medidas e políticas sociais dizem respeito a estratégias e propostas inovadoras, “além de complementares e integradas, com um denominador comum que passa por um maior envolvimento, mobilização ativa e corresponsável das comunidades locais” (Alves, 2010, p. 68), na procura de reunirem e unirem esforços para a conceção e implementação de ações e projetos ligados ao desenvolvimento local (Alves, 2010, p. 68).

É, então, neste contexto que o Programa Rede Social se insere, e como supramencionado se entende, sucintamente, como um “fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, 1997). Assume-se, assim, como desígnio central do Programa Rede Social incentivar os atores locais a trabalharem em parceria e numa lógica de ação coletiva, de modo a que consigam articular as suas intervenções no sentido do combate à pobreza e exclusão social, contribuindo para condições de sustentabilidade ao nível da promoção do desenvolvimento local (Alves, 2010, p. 68).

Em suma, o Programa Rede Social insere-se nesta nova geração de políticas sociais, sendo que estas surgem intimamente ligadas “quer à temática dos direitos sociais, quer a novas perspetivas de orientação no sentido da inclusão social de grupos, pessoas e comunidades vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social” (Alves, 2010, p. 69). As pessoas, grupos e comunidades começam a fazer parte da sua intervenção, na medida em que são considerados atores dos seus próprios processos de integração

social, ou seja, são vistos como “cidadãos ativos e construtivos dos seus percursos socioprofissionais e das suas estratégias de sobrevivência” (Alves, 2010, p. 69).

Assim, uma vez que esta nova geração de políticas sociais ativas pretende satisfazer as necessidades da população e resolver problemas sociais, como a pobreza e exclusão social (Alves, 2010, p. 67), importa agora abordar estes dois conceitos.

3.1.1. A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Os conceitos de pobreza e exclusão social são, até hoje, interpretados e utilizados de formas distintas quer ao nível do senso comum, quer ao nível da comunidade política e científica, devido à sua proximidade e complementaridade em alguns domínios. (Vasconcelos, 2011, p. 11). Todavia, apesar da sua proximidade, não é pertinente assumi-los como sinónimos, pois nem todo o problema social significa, necessariamente, pobreza (Capelo *et al.*, 2005, p. 167; Diogo *et al.*, 2015, p. 9). É, por isso, pertinente distinguir os conceitos.

Neste sentido, apesar das inúmeras definições, atualmente, pode-se definir pobreza como a:

condição humana que se caracteriza por uma privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. (Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas, *apud* EAPN, 2021)

Deste modo, uma vez que a pobreza se reporta à privação de recursos esta pode ser vista em termos relativos, isto é, em função dos padrões e níveis de vida de uma determinada sociedade e, em contraponto, de situações de riqueza detida por outros grupos sociais, dando assim lugar ao que se concebe ser pobreza relativa (Capelo *et al.*, 2005, p. 167). Esta designa, então, “a inexistência de um rendimento mínimo necessário para participar nas práticas correntes daqueles que possuem um estatuto social comparável” (Centeno, *et al.*, *apud* Tavares, 2013, p. 5).

Porém, de acordo com Capelo, *et al.*, (2005, p. 167), a forma mais extrema e dramática de pobreza é a pobreza absoluta, uma vez que se expressa numa situação de privação das condições mínimas de subsistência e, por isso, incapaz de prover o mínimo de sustentação vital das necessidades básicas (matérias e biológicas), como por exemplo,

a alimentação, habitação, educação e cuidados de saúde básicos; estando, por isso, associada a esta, a privação social, na medida em que é entendida como risco, vulnerabilidade, falta de autonomia mínima e autoestima. Assim, “a definição de pobreza prende-se com uma privação inaceitável do ser humano” (Capelo, *et al.*, 2005, p. 167.

Importa ainda salientar que, é comum distinguir o conceito de pobreza objetiva, na medida em que:

existe um limiar de referência do fenómeno da pobreza, sobretudo em termos económicos e a pobreza subjetiva atinente às representações acerca da pobreza construídas pelos próprios atores e grupos sociais em causa, ou seja, significa que é pobre aquele que a sociedade e o próprio se considera pobre. (Capelo *et al.*, 2005, p. 167).

Relativamente ao conceito de exclusão social, este é o mais frequentemente confundido com o conceito de pobreza, sendo também alvo de diversas definições, sobretudo a partir do momento em que, no princípio dos anos noventa do século XX, a Comissão Europeia adotou o termo, concedendo uma dimensão europeia a uma noção surgida sobretudo na escola francesa das ciências sociais (Diogo *et al.*, 2015, p. 9). No entanto, o conceito de exclusão social passa, pouco depois, a ser objeto de uma análise à escala mundial (Diogo *et al.*, 2015, p. 9).

De acordo com Ramos (2003, p. 159), “a noção de exclusão social implica a existência de um contexto relacionado com a sociedade do qual se é, ou se está excluído”. Assim, a exclusão social é contraditória à noção de cidadania, uma vez que esta última é expressa através da inclusão social, integração social ou inserção social, pois o exercício pleno da cidadania traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, tais como:

- Social: família, vizinhança, comunidade local, comunidade política, etc;
- Económico: formação de rendimento, acesso a mercados, bens e serviços públicos;
- Institucional: subsistemas de direitos civis, políticos, económicos e sociais;
- Territorial: acessibilidades, infraestruturas, segurança, ambiente, habitação;
- Referências simbólicas: identidade pessoal e social, autoestima, autonomia, perspetivas de futuro (Ramos, 2003, p. 159-160).

Conforme refere Rodrigues *et al.*, (1999, p. 64),

A exclusão social surge com a agudização das desigualdades (indissociável dos mecanismos de produção destas), resultando numa dialética de oposição entre aqueles que efetivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera económica, englobando ainda aqueles que derivam do capital cultural e social dos atores sociais), se encontram incapacitados para o fazer. (Rodrigues *et al.*, 1999, p. 64)

A exclusão resulta, portando, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, provocando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade, contrapondo-se, nitidamente, à noção de inclusão e integração social (CIES/CESO I&D; Capucha *apud* Rodrigues *et al.*, 1999, p. 64).

De salientar que, o fenómeno da exclusão social evidencia um carácter multidimensional e social, assumindo-se também como “um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção da pessoa excluída” (Rodrigues *et al.*, 1999, p. 64). Por consequência, coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais que se interligam, tais como: o desemprego, a marginalização, a discriminação, a pobreza, entre outros (Rodrigues *et al.*, 1999, p. 65).

Assinalam-se, por isso, diversos tipos de exclusão social:

- De tipo económico – em que a pobreza é tida como uma situação de privação múltipla e de falta de recursos (más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, etc.);
- De tipo social – quando a própria causa da exclusão se situa no domínio dos laços sociais, caracterizada pelo isolamento, associado, ocasionalmente, à ausência de autossuficiência e autonomia da pessoa;
- De tipo cultural – quando fenómenos como o racismo, a xenofobia, originam a exclusão social de minorias étnico-culturais, ou as dificuldades dos ex-reclusos de integração na sociedade;
- De origem patológica – relacionado com fatores de natureza mental ou psicológica;
- Comportamentos autodestrutivos – como o alcoolismo, toxicodependência, entre outros (Bruto da Costa *apud* Ramos, 2003, p. 160).

Deste modo, como foi supramencionado, apesar de os conceitos de pobreza e exclusão social estarem interligados, estes não se confundem, uma vez que:

o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspetos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social. (Pereirinha, 1992, p. 170)

Em suma, segundo Rodrigues *et al.*, (1999, p. 66) “a pobreza é uma das dimensões, talvez a mais visível, da exclusão social”. No entanto, uma não implica, necessariamente a outra, pois pode existir pobreza sem exclusão, sendo estas realidades distintas que nem sempre coexistem (Bruto da Costa *apud* Tavares, 2013, p. 5). Porém, a pobreza, nomeadamente, quando profunda e persistente, pode conduzir a processos de exclusão social, complexos e multidimensionais (Ramos, 2003, p. 161).

3.1.2. O PROGRAMA REDE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local assenta no:

princípio da proximidade vital, como critério de seleção dos espaços, segundo o qual as atividades devem ser realizadas no lugar mais próximo das populações, o que implica pensar em estratégias que levem a que localmente, se pense de forma global por forma a que o desenvolvimento seja algo construído da base para o topo, de baixo para cima. (Oliveira, 2004, p. 213)

É, portanto, fundamental promover redes localmente constituídas pelos atores sociais locais (estruturados em função de uma ação coletiva), de modo que possam gerar sinergias suficientes para influenciar as decisões e políticas do poder central, nomeadamente, no que respeita aos recursos daquele local para promover e fomentar o desenvolvimento (Oliveira, 2004, p. 214). Assim, conforme afirma Ramos (2003, p. 121):

O carácter global de que se reivindica o desenvolvimento local, articulando os aspetos económicos, sociais e culturais, é irrealizável na ausência de uma estratégia de desenvolvimento nacional. O local é o lugar privilegiado para fazer face aos problemas

surgidos com a globalização, sendo a rede social um instrumento eficaz enquanto estratégia. (Ramos, 2003, p. 121)

Deste modo, a Rede Social assume-se como um instrumento fundamental nos processos de desenvolvimento local, quer pela sua proposta metodológica de implementação de processos de planeamento estratégico territorializados e participados, quer como suporte de intervenções sociais que se perseguem, cada vez mais, integradas e eficazes; quer ainda como uma medida de política social que pretende responder à multidimensionalidade dos problemas sociais existentes (Castro e Gonçalves, 2002, p. 74).

O Programa Rede Social propõe, então, segundo Castro e Gonçalves (2002, p. 74) potenciar e rentabilizar o envolvimento e a organização de parcerias locais (entre entidades públicas e privadas) para que, através de ações planeadas e articulação de recursos, possam negociar soluções e projetos inovadores, demonstrando, assim, as suas potencialidades e capacidades para impulsionar o desenvolvimento local.

Neste sentido, como refere Vachon (2000, p. 25):

É necessário que o desenvolvimento na sua visão mais ampla seja preparado, pensado e iniciado pelos territórios. O desenvolvimento é algo que irradia a partir do conjunto. As pessoas vão compreender cada vez melhor este fenómeno e apropriar-se dos mecanismos de desenvolvimento dos seus próprios territórios. (Vachon, 2000, p. 25)

Em suma, o Programa Rede Social detém um objetivo comum a outros programas de âmbito social, nomeadamente, o combate à pobreza e exclusão social, no entanto, com uma considerável distinção, uma vez que este o pretende fazer no sentido do desenvolvimento local (Castro e Gonçalves, 2002, p. 80). Assim, a perspetiva do desenvolvimento local proposta pelo programa consiste no desenvolvimento de um trabalho em parceria (no sentido de uma ação coletiva) que possibilita:

a cooperação sistemática entre os organismos públicos e as entidades privadas que atuam no mesmo território, no planeamento conjunto da atividade destes parceiros, possibilitando a definição de prioridades e a articulação de respostas existentes ou a criar ao nível concelhio. (Castro e Gonçalves, 2002, p. 80)

Sendo aqui a comunidade local também envolvida onde os cidadãos, deixam de ser vistos como, meramente, objetos de intervenção, passando a ser vistos como sujeitos

ativos e participativos no seu processo de transformação de realidade (Adion, 2003, p. 1045).

3.1.2.1. COESÃO TERRITORIAL, INOVAÇÃO SOCIAL E O PROGRAMA REDE SOCIAL

Ao falar-se de desenvolvimento local torna-se fundamental abordar a questão da coesão territorial e do que dela advém, nomeadamente, a inovação social que ocorre “quando novos mecanismos e novas formas contribuem para consolidar e melhorar o bem-estar dos indivíduos, das comunidades e dos territórios em termos de coesão social, de criação de emprego e de qualidade de vida” (Henriques, 2016, p. 205). A ação coletiva torna-se, então, uma força imprescindível para que se alcance a coesão territorial, combatendo a “desintegração territorial” (Henriques, 2016, p. 204). Assim, a coesão territorial consolida-se nas capacidades dos atores locais e das organizações, articulando os diversos domínios de política pública (Henriques, 2016, p. 205).

No entanto, a insuficiência de respostas estatais aos problemas sociais contribuíram para a essencial necessidade de inovação nas políticas públicas, surgindo assim diversos programas:

assentes, predominantemente, em “projetos locais” orientados para a experimentação e tendo em vista a inovação nas políticas públicas com base em princípios de ação previamente formulados (“multidimensionalidade, “partenariado” ou “parceria”, “participação, “integração territorial”, “*empowerment*”, etc). (Henriques, 2016, p. 207)

O Programa Rede Social visa, então, a coesão territorial e social, tanto a nível nacional, como local, devendo-se ter em consideração que a coesão territorial não respeita apenas aos domínios das políticas regionais, pois pressupõe também uma atenção às políticas macroeconómicas e setoriais, assim como políticas de desenvolvimento regional “não confináveis aos problemas de regiões específicas” (Henriques, 2016, p. 207).

Pressupõe políticas de desenvolvimento regional que se orientam para desafios de governança que permitam simultaneamente a articulação multinível e a articulação intersectorial para a integração territorial da ação, na construção de respostas específicas adequadas a cada unidade territorial. (Henriques, 2016, p. 207)

Importa por isso compreender que, os problemas sociais colocam-se espacialmente de forma diferente tendo em conta o local, sendo por isso necessário adequar respostas

únicas a cada território, apesar de a sua resolução não depender somente de competências e recursos localmente disponíveis – “a coesão territorial não respeita apenas a “regiões-problemas”, mas à “totalidade das localidades”” (Henriques, 2016, p. 207). Assim, a mudança - territorial e social - deve verificar-se em todas as unidades territoriais sendo que, para que ela ocorra, é necessário mobilizar as capacidades locais de iniciativa e de organização “suficientes para assegurar a coerência dessa especificidade e a sinergia potencial na articulação entre os diferentes domínios de política pública” (Henriques; OCDE, *apud* Henriques, 2016, p. 208).

O Programa Rede Social alicerçar-se, então, na coesão territorial uma vez que relaciona:

iniciativa local orientada para “outro” desenvolvimento regional, à mobilização integral de recursos na “totalidade das localidades” e ao esforço de reestruturação concetual viabilizador da “inovação social” na capacitação social para os desafios contemporâneos. (Henriques, 2016, p. 209)

É um programa que se estabelece na função da iniciativa local de mobilizar integralmente os recursos para responder e superar problemas sociais como a pobreza e exclusão social, sendo as respostas unicamente “orientadas para a privação e não para a autonomização no acesso a recursos, para a “integração económica” e para a coesão social” (Henriques, 2016, p. 209).

O Programa Rede Social associa uma medida de política pública central à sua concretização local, através da mobilização de competências municipais, e à promoção de concretização de formas de governança colaborativa e multinível localmente específicas (autonomia na determinação da constituição de membros dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e a participação diferenciada nos “núcleos executivos”, além da presença obrigatória da Segurança Social e dos municípios). (Henriques, 2016, p. 209)

É também nesta lógica que o Programa Rede Social se alicerça na perspetiva de coesão territorial, relacionado a integração territorial de políticas públicas ao desempenho de competências municipais e de Juntas de Freguesia, contribuindo para a participação e envolvimento da sociedade civil, efetivando “a simultaneidade e a complementaridade do “central” e do “local” no desenvolvimento local” (Henriques, 2016, p. 209).

O Programa Rede Social pode claramente acolher as implicações do esforço de “inovação social”, que se vai tornando urgente (...) O Programa já associa uma medida

de política pública central à criação de condições para a autossustentação da iniciativa local na mobilização integral de recursos, agilizando a criação de novas formas de governança local facilitadoras da integração territorial de políticas setoriais, solicitando a preparação de instrumentos de planeamento que envolvem o carácter coletivo do agente de planeamento (“diagnóstico social”, “plano de desenvolvimento social”, “plano de ação”, etc.) e convidando à mobilização coletiva em torno da concretização de desafios de “inovação social” (superação de limites da resposta à privação no combate à pobreza, novas formas de governança facilitadoras da construção de respostas coletivas assentes na mobilização integral de recursos locais, inovação nos instrumentos de planeamento, etc.). (Henriques, 2016, p. 211)

Em suma, o Programa Rede Social insere-se “numa perspetiva de experimentação potencial com relevância para a concretização da ação pública para a “coesão territorial”” (Henriques, 2016, p. 212), facilitando a inovação institucional, a capacidade organizacional e a experimentação com novas formas de governança colaborativa e multinível; permitindo, ainda, integrar iniciativas locais para a integração económica e para a sustentabilidade, possibilitando a aprendizagem, a produção de conhecimento e o desenvolvimento de competências através da prática da flexibilidade crítica e da interação contínua com as melhores práticas - essenciais para a mobilização das potencialidades e capacidades das comunidades locais, bem como para a mobilização integral de recursos (Henriques. 2016, p. 212)

4. SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO EM PARCERIA

O Serviço Social configura-se como uma profissão de intervenção que promove a mudança social, o desenvolvimento, a coesão social, o *empowerment* e a capacitação das pessoas, orientada pelos princípios da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade (IFSW, 2014); assumindo-se, também, como

uma área de conhecimento no domínio do social, que fornece contributos para a conceção e compreensão de Políticas Sociais, e que possui propostas efetivas de intervenção no âmbito dessas mesmas Políticas Sociais considerando-se e considerando-as inscritas em projetos societários mais amplos (...). (Andrade, p. 35, 1993)

Neste sentido, a profissão de Serviço Social muito está ligada e associada ao trabalho em parceria, uma vez que para o combate e erradicação de problemas sociais como a pobreza e exclusão social, a parceria configura-se essencial para enfrentar o carácter pluridimensional destes fenómenos, na medida em exprime uma perspetiva integral, onde todos os atores sociais estão envolvidos, permitindo o seu reconhecimento de responsabilidade e a sua implicação (Estivill, 1997, p. 67).

Assim, o termo parceria refere-se a uma:

colaboração contratual entre os múltiplos parceiros locais em torno de projetos comuns ou convergentes – permite coordenar as iniciativas numa perspetiva de conjunto edificando espaços de solidariedade que congregam atores locais numa lógica horizontal de reconhecimento mútuo e de comunicação. (Nóvoa, 1991, p. 29)

Deste modo, trabalhar em parceria advém de uma compreensão recíproca entre os diversos atores sociais que, voluntariamente e num plano de igualdade, tentam fazer convergir os respetivos recursos para a concretização de projetos que lhes são comuns, materializando, assim, uma intervenção partilhada e integrada (Alves, 2010, p. 32). É, portanto, trabalhar em comum, sensibilizando, mobilizando e responsabilizando todos os atores em ações que visam fomentar a cidadania e atender aos problemas sociais (Oliveira, 2010, p. 15). Sendo, nesta ótica, que o Assistente Social atua, pois configura-se como um “especialista da intervenção, executor de políticas sociais, com ação visível nas dimensões da intervenção aos níveis micro e meso” (Carvalho, 2020, p. 106), intervindo com e para as pessoas, numa lógica de cooperação (APSS, 2018); isto é, o

Assistente Social trabalha numa lógica de cooperação e colaboração com os diversos parceiros, visando uma estratégia de intervenção partilhada em que todos participam para alcançar a melhor resposta para determinado problema social (Oliveira, 2010, p. 15).

Segundo Estivill (1997, p. 81), do ponto de vista da intervenção social, trabalhar em parceria contribui para:

reinsere o «social» como ator e/ou promotor com outros, na dinâmica e na política locais; sair da gestão muda e marginalizada da pobreza já produzida e da simples ação assistencial, para inovar positiva e concretamente a nível do que constituem as diversas condições do bem-estar social num território; participar na redução de custos individuais e sociais da marginalização e degradação socioeconómica, promovendo e realizando as iniciativas e os projetos apropriados com os outros parceiros implicados. (Estivill, 1997, p. 81)

Na intervenção social, a parceira assume-se como um processo de desenvolvimento local integrado na participação local da comunidade, onde o diálogo e a colaboração entre os diversos parceiros permitem otimizar sinergias numa intervenção conjunta, tendo em vista em objetivos comuns (Oliveira, 2010, p. 16). O trabalho em rede/parceira refere-se, assim, às diversas formas de organização do trabalho intra e interinstitucional desenvolvido entre profissionais de forma a expandir as potencialidades do seu próprio trabalho, situando no centro o utente, a família, o coletivo ou a comunidade, no fundo, o sistema no qual e para o qual intervêm (Guadalupe, 2010, p. 116).

Em suma, a parceria torna-se, assim, indispensável no Serviço Social, uma vez que é essencial uma intervenção conjunta entre as diferentes instituições e/ou entidades para que se consiga, eficaz e eficientemente, intervir de forma exata sobre os problemas, identificado e resolvendo-os numa intervenção partilhada e integrada (Oliveira, 2010, p. 17). Esta complementaridade é fundamental para que se possa estabelecer e concretizar o trabalho em parceria, permitindo uma maior rentabilização dos recursos e uma melhor organização das políticas de desenvolvimento local, pois este trabalho implica “a elaboração e a execução de políticas eficazes, que exigem o envolvimento de vários agentes e o reforço de uma cooperação ativa entre partes interessadas” (Oliveira, 2010, p. 17).

Desta forma, o Programa Rede Social assenta sobre a noção de parceria, remetendo para uma ideia de ação coletiva e participação social (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76)

e, por isso, importa agora compreender e aprofundar como estes conceitos se configuram e se revelam no contexto da Rede Social.

4.1. AÇÃO COLETIVA, PARCERIA E PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DA REDE SOCIAL

Ao falar-se da importância do trabalho em parceria na intervenção do Serviço Social, torna-se fundamental referir o Programa Rede Social, uma vez que este se consolida no mesmo (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76). É, portanto, graças ao trabalho em parceria que se gera uma melhor qualidade de vida das populações, uma vez que se operam mudanças na realidade social dessas mesmas pessoas e comunidades (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76).

Assim, neste contexto, o trabalho em rede/parceria constitui uma noção central ao Programa Rede Social, pressupondo:

uma forte dimensão relacional e comunicacional, assente em objetivos comuns consensualizados, partilhados e que sejam fulcrais ao nível local; sentido de coresponsabilização e respeito pela democracia participativa. (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76)

Pressupondo, ainda, alcançar e assegurar uma melhor capacidade de intervenção, nomeadamente, nos contextos de vulnerabilidade, como a pobreza e exclusão social (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76).

Construir parcerias é, simultaneamente, construir um processo de conhecimento (assente em complementaridades), capaz de fortalecer interações, capacidades e recursos; capaz de tornar mais consistente a intervenção em áreas mais negligenciadas, o que se torna (...) processo de aprendizagem e de formação. (Gonçalves, 2002, p. 12)

Deste modo, pode-se afirmar que o trabalho em parceria é central a uma ideia de ação coletiva, isto é, configura-se como uma estratégia de ação coletiva, fomentando e promovendo a coesão social, bem como mudanças sociais efetivas levadas a cabo pelo conjunto de atores sociais (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76). Assim sendo, na perspetiva de Chinchilla (2005, p. 160), a ação coletiva promove a capacitação e o *empowerment* dos atores sociais, gerando a criação de espaços de participação ativa dos cidadãos.

A ação coletiva permite o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas, que não são apenas capazes de aprender, mas são cada vez mais caracterizadas pela sua reflexividade – «aprendem a aprender». (Melucci, *apud* Guerra, 2006a, p. 23)

Neste sentido, a ação coletiva remete para a existência e necessidade de uma participação social ativa dos cidadãos e comunidades, contribuindo para uma valorização das capacidades da população, favorecendo condições que geram uma participação plena na tomada de decisões, na construção de projetos individuais e coletivos, caminhando no sentido da inclusão social, igualdade, justiça e mudança social (Chinchilla, 2005 p. 160). A ação coletiva, configura-se, por isso, promotora de cidadania, orientada para o reconhecimento, respeito, garantia, promoção e plena satisfação dos direitos das Pessoas (Chinchilla, 2005, p. 160).

A participação qualifica e confere uma maior eficácia ao exercício da decisão pública, pelo conhecimento e incorporação das preferências e do saber detido pelos cidadãos; a participação possibilita a criação de um clima de confiança entre instituições e população e um aumento do seu nível de informação e educação, gerando capital social (Monteiro, 2006, p.93).

Ainda na perspetiva de Chinchilla (2005, p. 161), a noção de participação social deve nortear a intervenção do Serviço Social uma vez que, “está em consonância com um projeto ético-social democrático, inclusivo e respeitador dos direitos da Pessoa” (Chinchilla, 2005, p. 161), concebendo a pessoa como o centro do seu desenvolvimento. Assim, a participação social configura-se como um processo político que pretende compreender os problemas sociais que abalam a sociedade, identificando soluções, planeando e desenvolvendo ações em torno das mesmas, avaliando a sua efetividade e eficácia (Chinchilla, 2005, p. 161). A participação social permite, então, potenciar e fomentar, não só, as capacidades das pessoas, grupos, comunidades, mas também da sociedade em geral, para que consigam aceder ao poder político e participem ativamente na definição de um projeto de uma sociedade socialmente inclusiva e integradora (Chinchilla, 2005, p. 161). Deste modo, é aqui que a profissão de Serviço Social se alicerça, desenvolvendo práticas participativas e ativas, promotoras de *empowerment*, onde as pessoas, grupos e comunidades devem fazer parte do seu processo de intervenção, numa lógica de ação coletiva (Chinchilla, 2005, p. 161). Assim, o Assistente Social configura-se como um ator social co-construtor da mudança, e para

que assim seja, é necessário que este se “dispa da condição que muito frequentemente dele esperam: a de perito” (Guadalupe, 2010, p. 40).

Esta co-construção implica um processo menos organizado que segue um modelo menos rígido, assente na não-diretividade, no qual a relação interventor/ utente se entende como mais horizontal. O utente não é um objeto de estudo ou de intervenção, mas sim ator co-envolto no processo de conhecimento. (Guadalupe, 2010, p. 40)

Desta forma, o Programa Rede Social considera-se como uma iniciativa inovadora, contribuindo para a mudança social ao promover e privilegiar “metodologias participativas como plataforma para novos modelos de planificação e intervenção em prol do desenvolvimento social local” (Monteiro, 2006, p. 93-95). A participação, no processo de funcionamento da Rede Social, deve, por isso, expandir-se não só aos diversos atores sociais como também às pessoas da comunidade, principalmente às mais desfavorecidas (Monteiro, 2006, p. 93-95).

Assim, só através de um trabalho em parceria é que os Assistentes Sociais conseguem impulsionar o desenvolvimento local das comunidades, promovendo, conseqüentemente, uma sociedade mais justa (McDonough, 2001, p. 354). Neste sentido, o Serviço Social, enquanto profissão social e de mudança, é fundamental nos processos de mudança social e desenvolvimento, nomeadamente, o desenvolvimento local, e por isso, é sobre este que versa o próximo ponto (Pinto, 2014, p. 143)

4.2. SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A profissão de Serviço Social está associada à ideia de ação coletiva, na medida em que implica uma mudança onde estão envolvidos todos os agentes do tecido social e onde os direitos cívicos, políticos e sociais, o desenvolvimento local, e as capacidades dos indivíduos são salientadas (Carvalho, 2012, p. 162). Mencionado anteriormente, o desenvolvimento local assume-se fundamental no combate à pobreza e exclusão social, fomentando a inclusão e integração social, bem como a consolidação da democracia (Rocha, 2015, p. 59). Assim, em Serviço Social, o desenvolvimento local é fundamental para a mudança social, na medida em que contribui para o bem-estar das pessoas e comunidades (Lopes, 2017, p. 9).

Segundo Rocha (2008, p. 271), é objetivo dos Assistentes Sociais impulsionar e fortalecer as capacidades e competências das Pessoas, bem como de influenciar o meio

para que as trocas sejam feitas naturalmente, isto é, o papel do Assistente Social junto dos indivíduos passa pela sua capacitação, ensino e facilitação, e o seu papel com o meio passa pela mediação, advocacia e organização, fazendo com que os indivíduos da comunidade estejam em contacto com as redes existentes.

As pessoas têm mais oportunidades para desenvolver as suas capacidades quanto mais existirem meios e recursos disponíveis. Trabalhar as generalizações permite abrir um leque de oportunidades para as pessoas decidirem (...) Por outro lado, as pessoas dependem dos sistemas do seu meio imediato (naturais, formais e societais). (Rocha, 2008, p. 271)

Neste sentido, a definição do objeto do Assistente Social depende de um contexto dinâmico no qual interagem os diversos profissionais, as instituições empregadoras e as outras profissões com que se relaciona, e também a maneira como se vão pronunciando as exclusões sociais (Rocha, 2008, p. 272).

Assim, para que o Serviço Social consiga impulsionar e fomentar o desenvolvimento local das comunidades é necessário uma constante modernização dos métodos do trabalho social, na medida em que se adapta consoante a realidade – e as novas realidades; assim como, uma transformação das formas de comunicação e visibilidade do campo social; sendo também fundamental garantir a integração dos diversos contextos de parceria “acionando os níveis micro, meso e macro de intervenção e de definição de políticas sociais” (Rocha, 2008, p. 272). É ainda essencial a mediação entre a população, as suas necessidades e as instituições, a gestão de programas e a criação de projetos eficientes na garantia dos princípios da ação social, promovendo o desenvolvimento local e a mediação entre as políticas locais, regionais e nacionais (Rocha, 2008, p. 272)

Deste modo, configurando-se a parceria como um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento local, torna-se, por isso, crucial o trabalho interinstitucional, um trabalho articulado entre todos os agentes sociais e atores sociais, para que sejam identificadas todas as necessidades, recursos e respostas, apostando na prevenção,

com o grande objetivo de obter maior eficácia e eficiência no combate a pobreza e a exclusão social e na promoção do desenvolvimento local através de: dinamização das Solidariedades já instaladas (Autarquia, IPSS,...); dinamização das relações de vizinhança, das solidariedades entre cada comunidade; o envolvimento de todos de

modo a que cada um assuma o seu problema específico, no problema total. (Rocha, 2008, p. 272-273)

Importa ainda compreender que, na intervenção social e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento local, é indispensável garantir a participação ativa dos indivíduos e da própria comunidade, tornando-se co-construtores do seu próprio processo de mudança (social), promovendo, assim, a sua integração e inclusão social, assim como, a efetivação dos Direitos Sociais e Humanos, assegurando a satisfação dos problemas e das necessidades locais (Midgley, 2014 p. 15; Rocha, 2008, p. 271)

Em suma, a necessidade e a exigência da transformação do meio, do local “torna-se mais evidente quando se trata de uma ação (social) junto de grupos mais ou menos amplos” (Rocha, 2008, p. 273). Assim, o local define-se como o espaço único e privilegiado onde “nos reconhecemos; ponto de partida e chegada da ação daqueles que agem em prol do desenvolvimento, em prol do reforço da capacidade de intervenção das populações na resolução dos seus problemas” (Albino *et al.*, 1997, s.p). Por esse motivo, a “transformação” / mudança social é necessária nos diversos projetos locais de combate à pobreza e exclusão social e de desenvolvimento local (Rocha, 2008, p. 273).

Aproximar a sociedade de si mesma apresenta-se como condição necessária, trata-se de a tornar mais compacta, de multiplicar os locais intermédios de composição social, de reinserir os indivíduos em redes de solidariedade diretas. (Rocha, 2008, p. 273).

Uma vez que esta investigação respeita a uma comunidade rural, torna-se agora necessário abordar, brevemente, o Serviço Social Rural, destacando-se as suas especificidades e singularidades.

4.3. O SERVIÇO SOCIAL RURAL

O Serviço Social rural define-se por ser um termo que identifica um conjunto de diversas questões e preocupações em redor da prática do Serviço Social em áreas não-urbanas. No entanto, não reconhece um conjunto de características exclusivas “que apenas podem ser encontradas em áreas rurais, apesar de se considerar que algumas características são mais frequentes nessas áreas” (Pugh & Cheers, *apud* Candeias, 2021, p. 10). Deste modo, falar-se de Serviço Social rural não significa, necessariamente, que todos os problemas e necessidades das áreas rurais são semelhantes, pois as comunidades rurais são diversas e distintas, a maneira como os

problemas pessoais e sociais são vivenciados pelas pessoas em áreas rurais podem divergir de sítio para sítio e, por isso, é necessário múltiplas e diferentes respostas, que se adequem ao contexto. (Pugh & Cheers, *apud* Candeias, 2021, p. 10).

É importante ter em conta que, as comunidades rurais, as suas dinâmicas e particularidades socioeconómicas, culturais, demográficas e geográficas se apresentam como um campo importante de intervenção no âmbito da atuação do Serviço Social, nomeadamente, relacionado com uma intervenção comunitária de desenvolvimento e revitalização local, de cooperação e participação entre diversos atores sociais, visando a melhoria do seu bem-estar e qualidade de vida. (Lopes, 2017, p. 2). As comunidades rurais caracterizam-se, assim, pela forma como os indivíduos se relacionam entre si, estando fortemente ligados a um sentimento de pertença e a relações de reciprocidade, em virtude de se viverem, de maneira mais intensa, os mesmos costumes, tradições e crenças. (Silva e Hespanhol, 2016, p. 365). A comunidade rural configura-se como um lugar de encontro e união, como meio para compensar os desencontros, nomeadamente, o isolamento, problemas sociais (pobreza e exclusão social), particularidades quotidianas, entre outros (Silva e Hespanhol, 2016, p. 365).

Podemos fazer algumas generalizações sobre a ruralidade em relação ao Serviço Social rural, sem porém assumir a sua universalidade, nomeadamente: a) a existência e necessidades de alguns moradores rurais tendem a não ser reconhecidas ou são menosprezadas; b) as populações rurais são tipicamente pouco providas de serviços sociais; c) as infraestruturas rurais são mais fracas, isto é, a disponibilidade ou presença de outros serviços como habitação social, redes de transportes eficazes e outros, são reduzidos; d) as oportunidades de emprego são restritas, ou devido à localização ou por causa da mudança do mercado de trabalho rural; e) os serviços rurais geralmente têm maiores custos de prestação; e f) na maioria das áreas rurais são mais comuns as situações de pobreza e fracas oportunidades de vida. (Pugh & Cheers, *apud* Candeias, 2021, p. 10-11)

Daley e Avant, *apud* Daley (2010, p. 3), abordam uma perspetiva mais inclusiva, no sentido em que o Serviço Social rural se caracteriza pelo trabalho com as pessoas, seja onde for que se encontrem. Esta perspetiva afirma que as populações rurais podem pertencer a comunidades que não se enquadram, necessariamente, na definição geral de pequenas cidades ou comunidades rurais (Daley, 2010, p. 3). Desta forma, numa comunidade rural, o Assistente Social, num curto período de tempo, apercebe-se da existência de “algumas diferenças entre o trabalho profissional naquele ambiente e o

trabalho que é normalmente experienciado numa comunidade mais ampla ou numa cidade” (Daley, 2015, p. 192). O Serviço Social rural configura-se, assim, como o Serviço Social adaptado a contextos de comunidades mais pequenas, no entanto, apesar da prática do Serviço Social rural ser em muitos aspetos similar à prática do Serviço Social, em contextos mais abrangentes, este pode ser considerado um campo distinto da prática, com as suas características e particularidades (Daley, 2015, p. 192).

Um dos aspetos singulares do Serviço Social com pessoas rurais é o contexto e a cultura rural, que tendem a moldar muito o comportamento individual e coletivo. Num sentido mais amplo, as pessoas são pessoas e os princípios básicos da prática do Serviço Social não mudam fundamentalmente nas áreas rurais. Mas as ideias, perceções, sistema de crenças e o comportamento são inquestionavelmente moldadas pela experiência rural. (Daley, 2015, p. 13-14)

Para que sejam bem-sucedidos nas comunidades rurais, os Assistentes Sociais necessitam de estabelecer uma relação com as pessoas da comunidade, os seus líderes, a igreja local, bem como os políticos locais, de modo a trilhar um caminho para a mudança (social) da comunidade (Ginsberg, *apud*, Candeias, 2021, p. 17). No entanto, no contexto rural os “forasteiros nem sempre são recebidos entusiasticamente” (Ginsberg, *apud*, Candeias, 2021, p. 17). Assim, se o Assistente Social não conseguir estabelecer uma relação com os colegas, atores locais e as pessoas da comunidade, os resultados são dramáticos, normalmente mais dramáticos “nas comunidades rurais do que noutros contextos do Serviço Social” (Ginsberg, *apud*, Candeias, 2021, p. 17).

De acordo com Daley (2010, p. 4), apesar do volume de literatura produzida ao longo dos anos, afirmar que o Serviço Social rural é um campo distinto da prática, é algo que ainda não é consensual. No entanto, a ideia de que os Assistentes Sociais, em contextos rurais, veem o seu campo de atuação, fundamentalmente diferente dos Assistentes Sociais que intervêm em contextos urbanos, não é surpreendente (Daley 2010, p. 1),

The classic dilemma in which social workers find themselves is that the impersonal aspect of the relationship and the formal expertise emphasized in the professional model of helping are often in conflict with social norms of rural communities that value personal attributes and reliance upon those relationships for help.³ (Daley, 2010, p. 1)

³ O dilema clássico no qual os Assistentes sociais se encontram é que o aspeto impessoal da relação e da experiência formal enfatizada no modelo profissional de ajuda estão frequentemente em conflito com as normas sociais das comunidades rurais que valorizam os atributos pessoais e a confiança nesses relacionamentos para obter ajuda. (Tradução nossa).

Desta forma, a prática do Serviço Social em contextos rurais vai-se diferenciando à medida que se começam a identificar “barreiras associadas não apenas à prestação de cuidados em geral, mas aos desafios adicionais associados à distância geográfica, isolamento, cultura, estilos sociais e ideologias políticas comuns” (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016, p. 1)

No entanto, segundo a perspetiva dos autores York, Denton e Moran, *apud* Candeias (2021, p. 102), o Assistente Social em contexto rural intervém segundo o mesmo conjunto geral de competências que o Assistente Social que intervém em contexto urbano, onde as modalidades de tratamento são basicamente as mesmas, independentemente do contexto. Já autores como Hargrove, Mermelstein e Sundet, *apud* Candeias (2021, p. 102), apresentam uma perspetiva contrária, ao considerarem que o Serviço Social rural é substancialmente diferente da prática em contexto urbano.

no seu agir profissional, o Assistente Social rural aplica as mesmas competências que os seus colegas urbanos. A abordagem generalista da prestação de serviços é ampla e, como tal, inclui a aplicação de uma ampla variedade de abordagens, conceitos e competências. (York, Denton e Moran, *apud* Candeias, 2021, p. 102)

Contudo, os autores que defendem que a intervenção em contexto rural é significativamente distinta também estão corretos (Candeias, 2021, p. 102), pois

o isolamento geográfico, o tempo de deslocação, os problemas e os desafios associados a relacionamentos sobrepostos/múltiplos, as preocupações culturais e perceções sociopolíticas localizadas, complicam a prestação e a distribuição de serviços. Complicações comuns em qualquer prática de Serviço Social, independentemente da localização, são muitas vezes amplificadas na paisagem rural. (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016, p. 2)

Importa ainda compreender que existem oportunidades e desafios para os Assistentes Sociais rurais. No que respeita às oportunidades, os profissionais conseguem alcançar a sua autonomia e independência, oportunidades de promoção, a possibilidade de observar os resultados da intervenção, recompensas pessoais e reconhecimento; assim como uma maior qualidade de vida e de ambiente laboral (Daley, 2015, p. 15). No entanto, em contexto rural os Assistentes Sociais podem ser alvo de um isolamento profissional devido à escassez de profissionais, desempenhando múltiplos papéis, tendo dificuldade em obter supervisão, com poucas oportunidades de desenvolvimento profissional e com dificuldades na sua deslocação (Daley, 2015, p. 18). Assim, “os

Assistentes Sociais podem por vezes sentir-se menosprezados ao perceberem que é dada mais atenção, estatuto e recursos às áreas urbanas” (Daley, 2015, p. 18). Sendo que estão ainda sujeitos a uma maior falta de privacidade em relação ao contexto urbano, pois trabalham e vivem no mesmo contexto (Munn & Munn, *apud* Talabreza-May, Jensen e Shay, 2017 p. 3).

PARTE II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para que seja possível realizar uma investigação é fundamental considerar-se a metodologia, os métodos e as técnicas a utilizar, uma vez que são estes os diversos meios que orientam e conduzem o investigador a alcançar o conhecimento (Coutinho, 2020, p. 24).

Assim sendo, ao falar-se de metodologia, fala-se do fio condutor de qualquer processo investigativo, sendo por isso necessário que este seja coerente e simples de forma a ser entendido por todos (Almeida, 2008, p. 106). A metodologia tem, então, como função “velar pelos métodos, assinalar os seus limites e alcance, clarificar e valorizar os seus princípios, procedimentos e estratégias mais adequadas para a investigação” (Latorre *et al.*, 1996, p. 87). Já os métodos de investigação configuram-se como o caminho para chegar ao conhecimento científico, sendo eles o conjunto de procedimentos que servem de instrumentos para atingir os fins da investigação (Bisquerra, 1989, p. 55). Por sua vez, as técnicas definem-se como os procedimentos de atuação concretos e particulares, isto é, os meios auxiliares do método, pois dentro de um método, que é sempre mais geral, podem utilizar-se várias técnicas (Bisquerra, 1989, p. 55). “O método é o caminho e as técnicas o modo de percorrê-lo” (Latorre *et al.*, 1996, p. 876).

Através desta investigação pretende-se, então, saber de que forma os Assistentes Sociais contribuem para o desenvolvimento local, no âmbito do Programa Rede Social, trabalhando numa lógica de parceria e ação coletiva, com base nas entrevistas realizadas às Assistentes Sociais do município. Assim, parte-se da seguinte questão: Quais os contributos dos Assistentes Sociais, percebidos pelos próprios, no âmbito do desenvolvimento local?

Neste sentido, para que se alcance um maior conhecimento sobre o proposto tema: “Desenvolvimento Local de Comunidades Rurais: o papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social”, foi necessário trilhar um caminho a nível metodológico, e para tal definiram-se procedimentos ético-metodológicos que serão referidos ao longo do presente capítulo.

5. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

Na presente investigação estruturou-se um objetivo geral e um conjunto de objetivos específicos, planeados de acordo com o tema e a questão de partida a eles associados.

Assim, foi objetivo geral desta investigação: Compreender a representação social dos Assistentes Sociais relativamente ao seu papel no desenvolvimento local, no âmbito do Programa Rede Social.

Deste objetivo geral decorrem os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender a intervenção dos Assistentes Sociais no âmbito do desenvolvimento local da comunidade;
2. Compreender em que medida os Assistentes Sociais desenvolvem estratégias que integrem e envolvem os cidadãos no desenvolvimento local;
3. Compreender as perspetivas dos Assistentes Sociais relativamente ao Programa Rede Social.

Deste modo, atendendo às especificidades da presente investigação e de forma a alcançar os objetivos definidos, selecionou-se como abordagem metodológica o estudo de caso.

O estudo de caso tem se tornado cada vez mais popular na investigação em Ciências Sociais e Humanas (Yin, *apud* Coutinho, 2020, p. 334), e o que o melhor caracteriza é “o facto de se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: o “caso”” (Coutinho, 2020, p. 335). Sendo que o “caso” se desdobra em seis categorias: indivíduos; atributos dos indivíduos; atos de comportamento; ambientes, incidentes e acontecimentos; e ainda coletividades (Punch, *apud* Coutinho, 2020, p. 335).

Importa, portanto, compreender que, no estudo de caso observa-se “o caso em detalhe, em profundidade, no seu contexto natural, reconhecendo-se a sua complexidade (...)” (Gómez, Flores & Jimenez; Punch; Yin, *apud* Coutinho, 2020, p. 335). A finalidade da pesquisa é, por isso, holística, pretendendo “preservar e compreender o caso no seu todo e na sua unicidade” (Gómez *et al.*; Ponte; Punch, *apud* Coutinho, 2020, p. 335).

Deste modo, não existe uma definição consensual de estudo de caso, variando conforme a perspetiva dos vários autores (Coutinho, 2020, p. 335). Assim, para Creswell, *apud* Coutinho (2020, p. 335):

O estudo de caso é a exploração de um “sistema limitado”, no tempo e em profundidade, através da recolha de dados profunda envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto.

Por outro lado, para Yin, *apud* Coutinho (2020, p. 335):

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas... (e) ... em que múltiplas fontes de evidência são usadas. É a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber “como” e “porque” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo.

Desta forma, o estudo de caso configura-se como uma investigação empírica (Yin, *apud* Coutinho 2020, p. 336), baseada no raciocínio indutivo (Gómez *et al.*, *apud* Coutinho, 2020, p. 336), dependendo veementemente do trabalho de campo (Punch, *apud* Coutinho, 2020, p. 336), que não é experimental (Ponte, *apud* Coutinho, 2020, p. 336), e que se baseia em fontes de dados múltiplas e variadas (Yin, *apud* Coutinho, 2020, p. 336).

Em síntese, os objetivos que norteiam um estudo de caso coincidem com os objetivos de uma investigação social em geral, nomeadamente: “explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar” (Gómez *et al.*, *apud* Coutinho, 2020, p. 337).

Tendo em conta esta abordagem metodologia – o estudo de caso – importa referir que o estudo foi desenvolvido num município do Alentejo, não sendo identificado o município escolhido por razões de natureza ética, sendo essas explicitadas mais adiante, nomeadamente, no ponto das preocupações éticas. Importa ainda referir que, a intenção da investigadora consistia em entrevistar o universo de Assistentes Sociais de um município do Alentejo, totalizando seis Assistentes Sociais, no entanto, devido a constrangimentos, nomeadamente, a falta disponibilidade das mesmas, apenas quatro se mostraram disponíveis, entrevistando-se apenas 2/3 das Assistentes Sociais do município. Assim, sendo a entrevista uma técnica de investigação comumente utilizada no estudo de caso, é sobre esta que versa o próximo ponto, bem como a pesquisa documental e o método de investigação adotado.

5.1. MÉTODOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

No que respeita ao método de investigação, a pesquisa assume-se de natureza qualitativa, uma vez que para alcançar os objetivos anteriormente definidos, é necessária uma metodologia que tenha como objeto de estudo “investigar ideias, descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo”, ou seja, uma metodologia que permita entender as perceções, opiniões e motivações dos entrevistados (Coutinho, 2020, p. 28).

A investigação qualitativa baseia-se, por isso, no método indutivo na medida em que:

o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto, adotando a postura de quem tenta compreender a situação sem impor expectativas prévias ao fenómeno estudado. (Pacheco, 1993, p. 28; Mertens, 1998, p. 160)

Segundo Creswell, apud Coutinho (2020, p. 28),

A interrelação do investigador com a realidade que estuda faz com que a construção da teoria se processe, de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio terreno à medida que os dados emergem (...).

Trata-se, então, de uma metodologia em que se vai construindo à medida que os dados vão surgindo, permitindo ao investigador compreender como os entrevistados interpretam determinados contextos, conceitos ou realidades sociais (Santos, 2016, p. 48). Assim sendo, numa investigação qualitativa o cerne está na diversidade individual, onde a teoria surge à posteriori dos factos e a partir da análise de dados, em que o fundamental recai sobre a observação dos sujeitos entrevistados, na sua própria interpretação da realidade e dos seus significados, e não “nas conceções prévias do investigador que estatisticamente as comprovaria e generalizaria” (Miles & Huberman, apud Coutinho, 2020, p. 29).

Assim sendo, considerando a temática em estudo, a metodologia utilizada na investigação enquadra-se no paradigma interpretativo, tendo como finalidade saber como os sujeitos “interpretam as diversas situações e que significado tem para eles” (Latorre et al., 1996, p. 42), por forma a “compreender o mundo complexo do vivido

desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p. 11). Deste modo, só através do paradigma qualitativo/ interpretativo é que se torna possível entender e refletir acerca do papel dos Assistentes Sociais no âmbito do desenvolvimento local, atuando no contexto do Programa Rede Social, num município rural.

No que respeita ao processo de recolha de dados, o estudo de caso recorre a várias técnicas próprias da investigação qualitativa (Coutinho, 2020, p. 340), sendo que, na presente investigação, recorreu-se à pesquisa documental e à entrevista, nomeadamente, a entrevista semiestruturada.

5.1.1. PESQUISA DOCUMENTAL

No que respeita à pesquisa documental, esta assume-se como uma técnica imprescindível no plano de recolha de dados, sendo por isso utilizada nesta investigação, uma pesquisa de diversos documentos já produzidos, nomeadamente, livros, dissertações, artigos e revistas científicas sobre a temática em estudo, pois a pesquisa documental baseia-se na análise desses mesmos documentos, bem como na análise de toda a informação recolhida, permitindo-nos uma maior e melhor compreensão do estudo (Silva, 2012, p. 48). Assim, “o material recolhido e analisado é utilizado para validar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações” (Coutinho, 2020, p. 342).

5.1.2. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A entrevista, é também ela “uma poderosa técnica de recolha de dados” (Coutinho, 2020, p. 141), uma vez que implica a interação entre o entrevistado e o investigador, permitindo a este último adquirir informação que nunca seria possível de obter através de um questionário, pois pode sempre pedir esclarecimentos adicionais ao inquirido no caso da resposta do mesmo ser pouco esclarecedora (Coutinho, 2020, p. 141). A entrevista é, por isso, considerada “a via principal para as realidades múltiplas” (Stake, 2007, p. 81), e

consiste numa interação verbal entre pessoas que se envolvem voluntariamente em igualdade de relação, a fim de partilharem um saber experienciado e isto, para melhor compreender um fenómeno de interesse para as pessoas implicadas. (Savoie-Zajc, p. 281, 2003)

Deste modo, tendo em conta a abordagem metodológica - o estudo de caso - a entrevista revela-se bastante importante, uma vez que permite ao investigador compreender o modo como os entrevistados interpretam as suas vivências, já que (Coutinho, 2020, p. 341):

é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo. (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134)

Segundo Patton, *apud* Coutinho (2020, p. 141) existem três tipos de entrevista – estruturada, não estruturada e semiestruturada. Sendo que, no contexto desta investigação, recorre-se à entrevista semiestruturada, pois é esta que mais se enquadra no paradigma qualitativo/interpretativo (Coutinho, 2020, p. 141), permitindo aos entrevistados expressarem, pelas suas palavras, os seus pontos de vista, as suas perspetivas sobre as suas vidas, experiências e situações (Taylor e Bogdan, 1998, p. 77).

A entrevista semiestruturada configura-se como uma técnica de recolha de dados, frequentemente, associada:

a uma abordagem de investigação que tenta compreender o sentido de um fenómeno em estudo tal como é percebido pelos participantes de uma investigação e que utiliza para fazê-lo a dinâmica da co-construção de sentido que se estabelece entre o investigador e os participantes. (Savoie-Zajc, p. 279, 2003)

Neste tipo de entrevista o investigador dispõe de uma série de perguntas orientadoras, relativamente abertas – que devem ser claras e neutras – mas não necessitará de colocar todas as questões pela ordem que estabeleceu, permitindo, assim, ao entrevistado falar abertamente, pela ordem que lhe for mais conveniente (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 192). O investigador deve, também, “reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 193), devendo, naturalmente, colocar as perguntas às quais o entrevistado não conseguir chegar por si próprio (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 193).

Desta forma, a entrevista semiestruturada baseia-se:

(...) numa interação verbal animada de forma flexível pelo investigador. Este deixar-se-á guiar pelo fluxo da entrevista com o objetivo de abordar, de um modo que assemelha

a uma conversa, os termos gerais sobre os quais deseja ouvir o respondente, permitindo assim extrair uma compreensão rica do fenómeno em estudo. (Savoie-Zajc, p. 282, 2003)

Assim, este tipo de entrevista comporta uma série de objetivos, em primeiro lugar, o objetivo de “tornar explícito o universo do outro” (Savoie-Zajc, p. 284, 2003) em que a entrevista permite revelar aquilo que não pode ser observado, nomeadamente aquilo que o outro pensa, assim como as suas intenções, sentimentos e comportamentos; no fundo, permite “um acesso privilegiado à experiência humana” (Savoie-Zajc, p. 285, 2003). Em segundo lugar, o objetivo da compreensão em que a entrevista permite:

captar as perspetivas individuais a propósito de um dado fenómeno e assim enriquecer a compreensão deste objeto de estudo. (...) permite finalmente revelar as tensões, as contradições que animam um indivíduo a propósito do fenómeno estudado. (Savoie-Zajc, p. 285, 2003)

Em terceiro lugar, surge o objetivo da aprendizagem, isto é, “apreender, não somente acerca do mundo do outro, mas, para os interlocutores, de organizar, de estruturar o seu pensamento” (Savoie-Zajc, p. 285, 2003). Trata-se de aprendizagem mútua, “uma co-construção graças à interação vivida”, onde o respondente expõe os seus pensamentos e o investigador tenta compreendê-los melhor.

Por fim, o quarto objetivo respeita à emancipação em que:

(...) as questões abordadas com o respondente permitem uma exploração aprofundada de certos temas. Elas desencadeiam uma reflexão e podem tornar-se catalisadoras de tomadas de consciência e de transformação da parte das pessoas envolvidas: o investigador tal como o respondente. (Kvale, *apud* Savoie-Zajc, 2003, p. 285)

A entrevista semiestruturada, baseada nos objetivos de investigação, anteriormente descritos, foi, então, realizada a Assistentes Sociais de um município do Alentejo, das quais será feita uma breve caracterização mais adiante. Para a concretização das entrevistas foi, então, numa primeira fase, realizado e estruturado um guião de entrevista (Apêndice B), tendo sido, também, elaborado um pedido de consentimento informado (Apêndice A) – prévio à entrevista – garantido anonimização e confidencialidade às entrevistadas.

Obtido o consentimento, procedeu-se à realização das entrevistas e, apesar de, tradicionalmente, as entrevistas serem feitas presencialmente, tendo em conta o contexto da pandemia COVID-19, estas realizaram-se através da plataforma Zoom, não

descorando, por isso, de uma interação face a face. As entrevistas realizadas tiveram uma duração média de 35 minutos.

Relativamente à aplicação do guião de entrevista, numa primeira fase, foi feita a apresentação da investigadora e da investigação a desenvolver, nomeadamente, apresentando o tema da pesquisa e, ainda, a garantia em guardar total confidencialidade relativamente à identificação das respondentes. Após a apresentação, o guião de entrevista integra uma primeira parte relativa à caracterização geral das entrevistadas (idade; ano de conclusão da formação de base; escola de formação; qualificação académica, para além da formação de base; qual o tipo de instituição que representa na rede social e há quanto tempo), integrando, de seguida, um total de VI dimensões.

Desta forma, a I dimensão centra-se nas perspetivas das Assistentes Sociais face ao Programa Rede Social, enquanto a II dimensão diz respeito às parcerias e a participação das entidades parceiras. Na dimensão III refletiu-se acerca do papel do Serviço Social no âmbito do desenvolvimento. Já a IV dimensão respeita à participação e integração dos cidadãos no contexto do Programa Rede Social. A V dimensão refere-se a questões sobre o Serviço Social rural e, por fim, a VI dimensão permitiu às entrevistadas refletirem acerca de sugestões para o desenvolvimento da profissão, oferecendo também um espaço para que se sintam confortáveis para deixar um comentário final.

Abordada, então, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, importa agora abordar a análise de conteúdo, uma vez que esta se configura como uma técnica de tratamento e análise de dados, dados esses recolhidos através da entrevista semiestruturada.

5.1.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Referente às entrevistas das quatro Assistentes Sociais de um município do Alentejo, utiliza-se como técnica de tratamento e análise de dados da pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo. Esta é frequentemente utilizada na análise de texto, onde os dados se convertem na forma de texto escrito ou oral (Coutinho, 2020, p. 217). A análise de conteúdo configura-se, assim, como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p. 31).

A análise de conteúdo é, pois, um conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/ frases/ temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior. (Coutinho, 2020, p. 217)

O objetivo da análise de conteúdo consiste, por isso, em descrever as situações e interpretar o sentido do que foi dito, comportando, assim, uma dimensão descritiva (Guerra, 2006b, p. 69).

(...) quando falamos em investigação empírica, falamos de uma série de operações como descrever os fenómenos (nível descritivo), descobrir as suas covariações ou associações (nível correlacional e grosso modo objetivo da análise categorial) e ainda descobrir relações de causalidade / de interpretação das dinâmicas sociais em estudo (nível interpretativo e grosso modo correspondente à análise tipológica). (Guerra, 2006b, p. 69)

Deste modo, uma vez realizadas as entrevistas, é necessário, num primeiro momento e para efetuar a sua análise, transcrevê-las. Tendo sido a sua transcrição elaborada na íntegra, mantendo-se fiel ao que foi dito pelas entrevistadas (Guerra, 2006b, p. 69). Após a transcrição e leitura de todas as entrevistas realizadas às Assistentes Sociais, segue-se a codificação dos dados, que respeita a uma transformação dos dados brutos do texto, permitindo “atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (Bardin, 2016, p.133)

Assim, a codificação dos dados engloba três processos: o recorte que corresponde à escolha da unidade de análise; a enumeração que corresponde à escolha das regras de contagem das unidades de análise e a categorização que respeita à escolha das categorias (Bardin, 2016, p. 133; Coutinho, 2020, p. 219). Procedem-se, então, ao recorte do texto através das unidades de registo e de contexto tendo em conta a “pertinência em relação às características do material e face aos objetivos de análise” (Bardin, 2016, p. 134). A unidade de registo configura-se como a unidade de significação codificada correspondendo ao segmento de conteúdo considerado como unidade base, tendo em vista a categorização e a contagem frequencial (Bardin, 2016, p. 134). “O critério de definição das unidades de registo deverá ser semântico (uma unidade com significado específico e autónomo) e não formal (por exemplo, uma palavra, uma linha, uma frase ou um parágrafo)” (Coutinho, 2020, p. 219). Relativamente à unidade de contexto, esta corresponde ao segmento de texto mais abrangente de onde se retira a unidade de registo (Coutinho, 2020, p. 219).

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo. (Bardin, 2016, p. 136)

Segue-se, então, a categorização que agrega o maior número de informações através de uma esquematização permitindo “correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los” (Coutinho, 2020, p. 221). As categorias configuram-se, por isso, como rubricas ou classes que englobam um grupo de elementos (unidades de registo) em função de características comuns (Coutinho, 2020, p. 221).

Assim, foi elaborada uma grelha de análise de conteúdo constituída por categorias (num total de seis), subcategorias e unidades de registo. No que respeita às categorias e subcategorias foram estabelecidas as seguintes:

- 1. Perspetivas das Assistentes Sociais face ao Programa Rede Social -** Contextualização do programa no município; Eficácia do Programa Rede Social no combate à pobreza e exclusão; Promoção da Coesão Territorial e Social no contexto do Programa Rede Social; Vantagens e vulnerabilidades do Programa Rede Social; Importância da Rede Social numa comunidade rural.
- 2. Intervenção Social em Parceria -** Trabalho em parceria; Importância das parcerias; Participação das entidades parceiras no Programa Rede Social; Contributos para o desenvolvimento local; Combate aos problemas dos indivíduos da comunidade; Efetivação dos valores e princípios éticos na profissão de Assistente Social; Pontos fortes e pontos fracos.
- 3. Papel do Serviço Social no âmbito do Desenvolvimento Local -** Papel desempenhado no contexto da Rede Social; Práticas inovadoras do Programa Rede Social no município; Contributos do Serviço Social para o desenvolvimento local.
- 4. Participação e Integração dos Cidadãos -** Relação entre a instituição, a comunidade local e o Assistente Social; Envolvimento dos cidadãos na Rede Social; Importância dos diferentes parceiros em relação à participação dos indivíduos.
- 5. Serviço Social Rural -** Campo distinto da prática?; Especificidades e/ ou desafios na intervenção social em contexto rural.
- 6. Sugestões e Observações.**

Assim, após descritas as técnicas de investigação, a técnica de tratamento e análise de dados da pesquisa qualitativa e salientadas as categorias e subcategorias de análise, aborda-se, em seguida, as preocupações éticas que pautam todo o processo de investigação, uma vez que: “a study cannot be a good study unless proper ethical standards have been maintained”⁴ (Peled & Leichtentritt, 2002, p. 145).

⁴ “Um estudo não pode ser um bom estudo a menos que os padrões éticos adequados sejam mantidos” (Tradução nossa).

6. PREOCUPAÇÕES ÉTICAS

As preocupações de natureza ética são fundamentais numa investigação qualitativa, bem como para a profissão de Serviço Social, uma vez que os profissionais revelam uma grande preocupação com os aspetos morais na sua relação com os clientes (Peled & Leichtentritt, 2002, p. 146).

Banks, *apud* Peled & Leichtentritt (2002, p. 146) comparou, então, 15 códigos nacionais de ética de Serviço Social e concluiu que existiam quatro valores comuns em todos os códigos de ética examinados, sendo eles: o respeito por cada pessoa; a promoção da autodeterminação dos clientes; a promoção da justiça social; e o trabalhar para os interesses dos outros. Deste modo, estes são valores presentes no Código Deontológico dos Assistentes Sociais (APSS, p. 8-9) e são estes a base para princípios éticos como o consentimento informado, a não-deceção, a ausência de danos psicológicos ou físicos, a privacidade, a confidencialidade, e o compromisso de recolher e apresentar materiais empíricos válidos, fiáveis e precisos (Peled & Leichtentritt, 2002, p. 146; Clifford, 2005, p. 134-136).

Neste sentido, foram, então, consideradas preocupações de natureza ética ao longo deste processo investigativo, na medida em que, antes da aplicação das entrevistas, todas as participantes foram devidamente informadas acerca da natureza da investigação. Tendo sido, posteriormente, elaborado um pedido de consentimento informado (Apêndice A), garantindo o seu total anonimato e confidencialidade na partilha das suas experiências, bem como na gravação de voz e imagem, omitindo sempre a sua identidade. Assim, através do pedido de consentimento informado as participantes aderiram, voluntariamente, em participar na investigação, tendo sido sempre valorizada a sua colaboração.

De referir, ainda, que estas preocupações ganham especial relevo considerando o território em que a investigação incide, uma vez que se trata de um território rural, de pequena dimensão, existindo uma grande facilidade em identificar as entrevistadas. Por esse motivo, de forma a não serem identificadas pelos atores locais, no capítulo seguinte, foi elaborada uma sintética caracterização das mesmas, por forma a salvaguardar e acautelar o seu anonimato e sigilo. Sendo que, conforme mencionado na estratégia de investigação a investigadora decidiu não identificar o município escolhido, pois o município em causa, como já referido, é um município rural, com poucas pessoas e, nomeadamente, poucos Assistentes Sociais. Assim, poderiam ser com alguma

facilidade identificadas as respondentes, principalmente pelas pessoas do município, assim como pelas Assistentes Sociais entre si, e por outros profissionais. Foi então esta preocupação ética que levou a investigadora a não identificar o município, de forma a salvaguardar o seu anonimato e sigilo. Por estas razões, a investigadora diz apenas que o estudo se desenvolve num município do Alentejo.

PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

7. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO E BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PAINEL DE ENTREVISTADAS

Antes da apresentação e discussão de resultados, importa esclarecer e contextualizar o campo empírico, assim como apresentar uma breve caracterização do painel de entrevistadas. No que respeita ao campo empírico, pelas questões e preocupações éticas já referidas anteriormente, este diz respeito a um município do Alentejo. Relativamente às entrevistadas, de forma a caracterizá-las elaborou-se uma tabela com os seus dados (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados das Entrevistadas

	Idade	Escolaridade	CFB	EF	TS
EA	33	M + PG	2008	IPP	11 anos
EB	50	M + PG	1999	IPP	7 meses
EC	39	M + PG	2005	IPB	15 anos
ED	33	M	2008	IPP	6 anos

Legenda: CFB – Conclusão de Formação de Base

EF – Escola de Formação

TS – Tempo de Serviço

M – Mestrado

PG – Pós-Graduação

IPP - Instituto Politécnico de Portalegre

IPB - Instituto Politécnico de Beja

Pode-se, então, assumir que as entrevistadas partilhavam várias características comuns entre elas, pois para além de se constituir um painel exclusivamente feminino, as suas idades são muito aproximadas, variando entre os 33 e os 50 anos. Todas as entrevistadas são mestres e pós-graduadas, com exceção da entrevistada **D**, que não possui pós-graduação. As entrevistadas concluíram a sua formação de base em anos aproximados, variando entre 1999 e 2008, partilhando a mesma escola de formação, com exceção da entrevistada **C**. Todas as Assistentes Sociais são trabalhadoras por conta de outrem e a maioria exerce funções há vários anos nas suas respetivas entidades.

8. A INTERVENÇÃO SOCIAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O presente capítulo diz respeito à apresentação e discussão dos principais resultados obtidos através das entrevistas realizadas às Assistentes Sociais de um município do Alentejo. Assim, destaca-se, num primeiro momento, as perspetivas das Assistentes Sociais face ao Programa Rede Social, que respeita à perceção que as Assistentes Sociais têm relativamente ao programa no município, no combate à pobreza e exclusão social e na fomentação da coesão social, as vantagens e desvantagens, bem como a importância do programa numa comunidade rural.

A segunda categoria de análise respeita à intervenção social em parceria, destacando-se o entendimento do conceito de parceria na ótica das entrevistadas, e a sua importância no seu exercício profissional no âmbito da Rede Social; assim como a sua reflexão sobre a forma como a parceria pode fomentar o desenvolvimento local da comunidade, respondendo aos problemas dos indivíduos; bem como pode a parceria contribuir para a efetivação dos valores e princípios éticos que norteiam a profissão. Por fim, destaca-se também a perceção das entrevistadas relativamente à participação das entidades parceiras na Rede Social e os pontos fortes e os pontos fracos de uma intervenção social em parceria.

A terceira categoria de análise respeita ao papel do Serviço Social no âmbito do desenvolvimento local, destacando-se o papel que as entrevistadas desempenham no contexto da Rede Social, a forma como o Serviço Social contribui para o desenvolvimento local do município, e a sua perceção relativamente à inovação do programa no município.

A quarta categoria respeita à participação e integração dos cidadãos, destacando-se a sua perceção relativamente à relação entre a comunidade, a instituição que representam na Rede Social e o Assistente Social; a sua perceção relativamente à integração e envolvimento dos cidadãos no contexto da Rede Social e, ainda, o seu entendimento relativamente à importância que os diferentes parceiros conferem à participação dos cidadãos.

A quinta categoria de análise respeita ao Serviço Social rural, destacando-se a sua perceção relativamente ao Serviço Social rural, enquanto campo distinto da prática e

ainda o seu entendimento sobre as particularidades e desafios adicionais no que respeita a uma intervenção social em contexto rural.

Por último, a sexta categoria remete ao final da entrevista onde as Assistentes Sociais refletem sobre sugestões para o desenvolvimento da profissão, em contexto rural e no âmbito do Programa Rede Social.

8.1. PERSPETIVAS DAS ASSISTENTES SOCIAIS FACE AO PROGRAMA REDE SOCIAL

8.1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA REDE SOCIAL NO MUNICÍPIO

No que respeita à contextualização do Programa Rede Social no município, as Assistentes Sociais parecem ir de acordo com a literatura consultada pois conforme já referido o Programa Rede Social define-se como: “(...) um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, 1997). Conforme afirma Castro (200, p. 17), o Programa Rede Social configura-se como um inovador e facilitador instrumento de operacionalização das políticas sociais ativas, uma vez que ao promover planos multidimensionais integrados de base territorial contribui, não só, para a complementaridade, a articulação e adaptação das políticas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais, como também incrementa a mobilização e coordenação de parcerias alargadas e a participação dos atores sociais locais, numa lógica de *empowerment*. Assim, genericamente, todas as entrevistadas reconheceram o Programa Rede Social como um instrumento inovador e facilitador para a articulação e congregação de esforços no combate aos problemas e necessidades locais do município. Sendo que, duas Assistentes Sociais (**EB** e **EC**) destacam e valorizam a questão do diagnóstico social na identificação das necessidades e problemas sociais, mas também competências da comunidade, numa lógica de desenvolvimento local do município. A entrevistada **C** destaca ainda a importância de se definirem estratégias, em articulação com todos os parceiros, de forma a contribuir para o desenvolvimento da comunidade:

“(...) revolucionou um bocadinho aqui o trabalho social (...) há um esforço de todas as entidades, com objetivo de resolver aquele problema e assim como se faz, por exemplo, os diagnósticos, tenta-se sempre ver quais são as fragilidades do concelho e tentar (...) propor depois projetos (...) para desenvolver o concelho.” – **EB**

“O programa é muito facilitador no sentido que, através da rede social os parceiros sociais conseguem todos levar as necessidades que vão diagnosticando ao nível do seu serviço e da sua intervenção (...) a rede social acaba por ser um sítio onde os parceiros, onde nós todos, nos encontramos e acabamos por conseguir definir estratégias para melhorar o desenvolvimento comunitário, no concelho de [...]” – **EC**

“(...) o Programa Rede Social tem sido uma mais-valia para o Município de [...], uma vez que (...) é composta por diversas entidades, fazendo com que cada uma delas, dentro das suas competências, consiga apoiar a população a vários níveis...tendo um objetivo comum: o combate à pobreza e à exclusão social no concelho.” – **ED**

Assim, uma vez que a generalidade das Assistentes Sociais entrevistadas reconhece o Programa Rede Social como um instrumento inovador e facilitador para a articulação e congregação de esforços no combate aos problemas e necessidades locais do município, importa de seguida compreender o entendimento das entrevistas relativamente à eficácia do mesmo no combate à pobreza e exclusão.

8.1.2. EFICÁCIA DO PROGRAMA REDE SOCIAL NO COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO

É objetivo do Programa Rede Social combater a pobreza e exclusão social, no sentido do desenvolvimento local (Castro e Gonçalves, 2002, p. 80) e conforme já referido é desígnio central do Programa Rede Social incentivar os atores locais a trabalharem em parceria e numa lógica de ação coletiva, de modo a que consigam articular as suas intervenções no sentido do combate à pobreza e exclusão social, contribuindo para condições de sustentabilidade ao nível da promoção do desenvolvimento local (Alves, 2010, p. 68). Assim, apesar de uma Assistente Social manifestar ainda algum desconhecimento sobre a temática, as Assistentes Sociais, genericamente, apresentam um pensamento partilhado, na medida em que consideram que o programa tem sido eficaz e produtivo no combate aos problemas sociais da pobreza e exclusão social, embora as entrevistadas **A** e **D** o afirmem de forma mais explícita. Desta forma, a entrevistada **C** destaca que é através de um trabalho conjunto e articulado, que se consegue dar resposta e colmatar as necessidades e problemas sociais do município.

“(...) tem sido produtivo e tem acabado por ajudar também a colmatar aqui esta questão da pobreza e da exclusão social (...)” - **EA**

“(...) torna-se fácil entre todos e juntamos as informações e depois é fácil nós chegarmos em termos de rede social e...e percebermos o que é que é preciso fazer, e como é que podemos, de facto, dar uma melhor resposta.” – **EC**

“(...) a Rede Social tem sido bastante eficaz no combate à pobreza e exclusão social uma vez que promove respostas coordenadas para problemas mais complexos.” – **ED**

Deste modo, importa de seguida compreender de que forma o Programa Rede Social promove e fomenta a coesão territorial e social do município.

8.1.3. PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL NO PROGRAMA REDE SOCIAL

Todas as entrevistadas, genericamente, concordam que o Programa Rede Social promove e fomenta a coesão territorial e social do município. Assim, as entrevistadas aproximam-se da literatura consultada, pois como foi referido anteriormente, a coesão territorial consolida-se nas capacidades dos atores locais e das organizações, articulando os diversos domínios de política pública (Henriques, 2016, p. 205). Assim, a mudança - territorial e social - deve verificar-se em todas as unidades territoriais sendo que, para que ela ocorra, é necessário mobilizar as capacidades locais de iniciativa e de organização “suficientes para assegurar a coerência dessa especificidade e a sinergia potencial na articulação entre os diferentes domínios de política pública” (Henriques; OCDE, *apud* Henriques, 2016, p. 208). Neste sentido, destacam-se dois trechos que revelam que o Programa Rede Social promove e fomenta a coesão territorial e social do município, sendo que para a entrevistada **B** o Programa Rede Social contribui e fomenta a coesão territorial e social do município através de um trabalho em parceria e de uma conjugação de esforços, enquanto a entrevistada **D** segue mais numa lógica de promoção de relações de proximidade entre os diversos parceiros sociais, permitindo responder às necessidades e problemas da comunidade.

“(...) o objetivo é esse, é fomentar a coesão social através da articulação de todos os parceiros e a conjugação de esforços (...) aproveitando os recursos de cada um (...).” – **EB**

“(...) considero que o programa fomenta a coesão territorial e social do Município, uma vez que promove uma relação de proximidade entre os diversos parceiros com vista ao alcance de um objetivo que é comum...que é apoiar a comunidade.” – **ED**

Neste sentido, importa de seguida analisar e discutir as vantagens e vulnerabilidades do Programa Rede Social identificadas pelas Assistentes Sociais entrevistadas.

8.1.4. VANTAGENS E VULNERABILIDADES DO PROGRAMA REDE SOCIAL

No que respeita às vantagens do Programa Rede Social, as Assistentes Sociais entrevistadas consideram como principal vantagem a proximidade com os diversos parceiros, facilitando a articulação, permitindo a criação e desenvolvimento de estratégias e ações.:

“A vantagem é de facto haver esta proximidade no contacto entre os vários parceiros (...) e o facto de reunirmos (...) temos ali um ponto de encontro e de troca e partilha...e dali depois saem estratégias e ações práticas.” – **EC**

“A principal vantagem é a relação de proximidade que facilita a articulação dos diversos parceiros.” - **ED**

No que diz respeito às vulnerabilidades do Programa Rede Social, foram identificadas apenas por duas Assistentes Sociais, sendo que uma entrevistada associa as vulnerabilidades à insuficiência de recursos e a outra entrevistada considera como maior vulnerabilidade os diferentes pontos de vista, isto é, as diferenças de culturas organizacionais.

“(...) uma das vulnerabilidades não é que nós não gostássemos até de apoiar mais, ou de ajudar mais este ou aquele agregado (...)” - **EA**

“(...) considero que a maior vulnerabilidade são os diversos pontos de vista, pois cada parceiro “vê com os seus olhos” ou com “os olhos” da instituição que representa.” – **ED**

Sendo que, no extremo oposto a entrevistada **C**, não considera de todo a existência de vulnerabilidade do Programa Rede Social, como se verifica no seguinte trecho:

“(...) vulnerabilidades da rede social... nós funcionamos muito bem.” – **EC**

Deste modo, uma vez analisadas e discutidas as vantagens e vulnerabilidades do Programa Rede Social, segue-se a compreensão das entrevistadas relativamente à importância da rede social numa comunidade rural.

8.1.5. IMPORTÂNCIA DA REDE SOCIAL NUMA COMUNIDADE RURAL

Relembrando o conceito de Silva e Hespanhol (2016, p. 365), a comunidade rural configura-se como um lugar de encontro e união, como meio para compensar os desencontros, nomeadamente, o isolamento, problemas sociais (pobreza e exclusão social), particularidades quotidianas, entre outros. Assim, as Assistentes Sociais entrevistadas de forma geral, reconhecem a importância da Rede Social numa comunidade rural, como é o caso do município em que intervêm e atuam; manifestando um pensamento partilhado, pois afirmam que tratando-se as comunidades rurais de comunidades mais frágeis, vulneráveis, isoladas e mais desprovidas de instituições, a Rede Social é ainda mais importante no sentido de se articularem esforços, de um trabalho em parceria, de modo a contribuírem para o desenvolvimento local e colmatar os problemas e necessidades da comunidade.

“(…) numa comunidade rural ainda é mais importante que exista essa coesão das parcerias, porque são comunidades mais vulneráveis, mais frágeis...normalmente têm menos instituições, têm mais dificuldades e se os pareceres se reunirem, se se juntarem todos em prol do desenvolvimento da comunidade é mais fácil.” – **EB**

“É de todo, de todo importante (...) como é um concelho rural, em que existem muitas pessoas em isolamento, muitos idosos em montes... é mais fácil assim chegar a essas populações (...)” – **EC**

Deste modo, as Assistentes Sociais entrevistadas vão de acordo com a literatura consultada identificando como Pugh & Cheers, *apud* Candeias (2021, p. 10-11), algumas fragilidades em relação às comunidades rurais, nomeadamente as populações rurais são tipicamente pouco providas de serviços sociais; as infraestruturas rurais são mais fracas; na maioria das áreas rurais são mais comuns as situações de pobreza e fracas oportunidades de vida.

8.2. Intervenção social em parceria

8.2.1. PERCEÇÃO DO TRABALHO EM PARCERIA

Todas as Assistentes Sociais entrevistadas valorizam o trabalho em parceria, embora com algumas divergências, pois a entrevistada **A** salienta uma dimensão mais individual, isto é, remete o trabalho em parceria para a sua intervenção individual. Enquanto as entrevistas **C** e **D** abordam a temática de trabalhar em parceria numa lógica de desenvolvimento local, afirmando que só é possível alcançar o desenvolvimento local se existir um trabalho em parceria, um trabalho em comum, com responsabilidades partilhadas, onde todos contribuem para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade.

“(…) trabalhar em parceria é um bocadinho o adequar as estratégias de acordo à pessoa que temos à nossa frente e isso, realmente, só em parceria se consegue (...)” – **EA**

“(…) o desenvolvimento comunitário só pode acontecer se existir este trabalho de parceria, em que todos dão o melhor que podem dar, dão o seu conhecimento, a sua forma de intervir de acordo com a missão de cada entidade (...) só assim é que é possível trabalhar para o desenvolvimento de uma comunidade (...)” - **EC**

“(…) parcerias... são acordos mutuamente benéficos entre diversas partes, com responsabilidades partilhadas. São relações de colaboração entre entidades com vista ao alcance de um objetivo comum. Trabalhar em parceria é acima de tudo... aproveitar o “melhor de cada um” para o bem-estar da comunidade” – **ED**

Assim, as entrevistadas **C** e **D** aproximam-se da literatura consultada, pois conforme anteriormente mencionado, o termo parceria diz respeito a uma colaboração contratual entre os diversos parceiros locais à volta de projetos comuns ou convergentes, permitindo coordenar as iniciativas numa perspetiva conjunta, edificando espaços de solidariedade que congregam atores locais numa lógica horizontal de reconhecimento mútuo e de comunicação (Nóvoa, 1991, p. 29),. Assim, trabalhar em parceria advém de uma compreensão recíproca entre os diversos atores sociais que, voluntariamente e num plano de igualdade, tentam fazer convergir os respetivos recursos para a concretização de projetos que lhes são comuns, materializando, assim, uma intervenção partilhada e integrada (Alves, 2010, p. 32). É, portanto, trabalhar em comum, sensibilizando, mobilizando e responsabilizando todos os atores em ações que visam fomentar a cidadania e atender aos problemas sociais (Oliveira, 2010, p. 15). Assim, torna-se agora necessário analisar e discutir a compreensão das entrevistadas relativamente à importância das parcerias no exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Rede Social.

8.2.2. IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA REDE SOCIAL

Todas as Assistentes Sociais entrevistadas reconhecem a importância e necessidade de se trabalhar em parceria, embora as entrevistadas **A** e **B** apenas reconhecem essa importância e necessidade no seu exercício profissional, na sua intervenção individual, afirmando que são fundamentais para o desenvolvimento e sucesso da sua intervenção.

“(...) se as parcerias realmente não forem efetivas, o sucesso da intervenção fica muito condicionado (...) o principal interesse, penso eu, que seja realmente conseguirmos articular (...)” – **EA**

“As parcerias são fundamentais, porque nós não conseguimos trabalhar sozinhos e é muito mais fácil se tivermos qualquer questão para resolver (...) contactarmos as parcerias (...) tem que se recorrer sempre, é impossível trabalhar sozinho. As parcerias são fundamentais para desenvolver o nosso trabalho.” – **EB**

No entanto, duas das entrevistadas reconhecem a importância e necessidade de se trabalhar em parceria no seu exercício profissional no âmbito da rede social, sendo importante especificar que a entrevistada **C** afirma que as parcerias ao nível da rede social são fundamentais para a concretização de projetos sociais e comunitários, permitindo através de uma articulação entre os diversos parceiros responder às diversas

situações, dando resposta às necessidades e problemas da comunidade. A entrevistada **D** reforça, então, a importância das parcerias no âmbito da rede social, afirmando que só é possível alçar o sucesso da intervenção, neste caso, a mudança social, através de uma congregação de esforços e de uma colaboração mútua.

“(…) importa em sede de rede social (...) ao nível do pensamento dos projetos a desenvolver, dos projetos comunitários, importa perceber quem é que são os parceiros que podem, de facto, dar a resposta para aquele problema específico, para aquela situação e entre todos dar resposta, tendo em conta a necessidade (...) a situação específica que estamos a discutir em sede rede social.” – **EC**

“As parcerias são extremamente importantes no âmbito da rede social, pois sem a colaboração de todos é mais difícil atingir o sucesso da intervenção.” – **ED**

Estas duas entrevistadas aproximam-se, assim, da literatura consultada pois conforme mencionado o Assistente Social trabalha numa lógica de cooperação e colaboração com os diversos parceiros, visando uma estratégia de intervenção partilhada em que todos participam para alcançar a melhor resposta para determinado problema social (Oliveira, 2010, p. 15). Na intervenção social, a parceira assume-se como um processo de desenvolvimento local integrado na participação local da comunidade, onde o diálogo e a colaboração entre os diversos parceiros permitem otimizar sinergias numa intervenção conjunta, tendo em vista em objetivos comuns (Oliveira, 2010, p. 16). Assim, o Programa Rede Social consolida-se no trabalho em parceria, sendo através deste que se gera uma melhor qualidade de vida das populações, uma vez que se operam mudanças na realidade social dessas mesmas pessoas e comunidades (Castro e Gonçalves, 2002, p. 76). Neste sentido, uma vez discutida a importância das parcerias no exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Rede Social, importa agora compreender o entendimento das entrevistadas relativamente à participação das entidades parceiras no Programa Rede Social, no município.

8.2.3. PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS NO PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social, conforme já mencionado, implica um trabalho interinstitucional e em parceria, assim como potencia e rentabiliza o envolvimento e a organização de parcerias locais (entre entidades públicas e privadas) para que, através de ações planeadas e articulação de recursos, possam negociar soluções e projetos inovadores, demonstrando, assim, as suas potencialidades e capacidades para impulsionar o desenvolvimento local (Castro e Gonçalves 2002, p. 74). Assim, todas as Assistentes Sociais entrevistadas reconhecem, genericamente, a participação e o envolvimento das

entidades parcerias na Rede Social. Contudo, duas das Assistentes Sociais reconhecem algumas limitações a essa participação e envolvimento das entidades parcerias, na medida em que a entrevistada **A** considera que as entidades parceiras, apesar de terem uma participação e envolvimento ativo, não é suficiente. E a entrevistada **B** salienta que o envolvimento e a participação das entidades parceiras na Rede Social, difere de entidade para entidade.

“o envolvimento e a participação, apesar de positivo também acaba por não ser aquilo que desejaríamos que fosse.” – **EA**

“(…) o envolvimento de cada um nem sempre é igual (…).” -**ED**

No entanto, uma das Assistentes Sociais entrevistadas considera que todas as entidades parcerias participam e estão envolvidas na rede social, não apontando nenhuma limitação:

“No concelho de [...] todas as entidades participam, vão às reuniões, estão sempre presentes.” – **EC**

Assim, verifica-se que o envolvimento e a participação das entidades parcerias na Rede Social é reconhecida por todas as entrevistadas, mas com algumas limitações e restrições apresentadas por duas Assistentes Sociais, sendo apenas considerada sem limitações por uma Assistente Social. Desta forma, importa de seguida analisar e discutir o entendimento das Assistentes Sociais entrevistadas sobre os contributos do trabalho em parceria para o desenvolvimento local do município.

8.2.4. CONTRIBUTOS DO TRABALHO EM PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As Assistentes Sociais destacam diversos contributos do trabalho em parceria para o desenvolvimento local da comunidade, nomeadamente: a articulação de respostas e esforços para satisfazer as necessidades das pessoas da comunidade, a não sobreposição de apoios; e a rentabilização de recursos. Assim, verifica-se que as entrevistadas **A** e **B** destacam como maior contributo a articulação e congregação de esforços dos diversos parceiros, de modo a responder aos problemas e necessidades da comunidade, indo por isso de acordo com a literatura consultada, pois como mencionado anteriormente a parceria assume-se como um processo de desenvolvimento local integrado na participação local da comunidade, onde o diálogo e a colaboração entre os diversos parceiros permitem otimizar sinergias numa intervenção conjunta, tendo em vista em objetivos comuns (Oliveira, 2010, p. 16).

“(…) a procura de forma articulada de respostas que vão ao encontro das necessidades dos munícipes (…) e nomeadamente o facto de não existir sobreposição de apoios.” – **EA**

“(…) a tal articulação de esforços, o facto de… de cada um dar o seu contributo e haver uma congregação de esforços é muito mais fácil.” – **EB**

Já uma das quatro Assistentes Sociais entrevistadas destaca como maior contributo do trabalho em parceria para o desenvolvimento local do município, a rentabilização de recursos (humanos e materiais), permitindo satisfazer as necessidades e problemas da comunidade, estando também por isso de acordo com a literatura consultada, uma vez que conforme já mencionado a parceria torna-se, indispensável no Serviço Social, uma vez que é essencial uma intervenção conjunta entre as diferentes instituições e/ou entidades para que se consiga, eficaz e eficientemente, intervir de forma exata sobre os problemas, identificado e resolvendo-os numa intervenção partilhada e integrada (Oliveira, 2010, p. 17). Esta complementaridade é fundamental para que se possa estabelecer e concretizar o trabalho em parceria, permitindo uma maior rentabilização dos recursos e uma melhor organização das políticas de desenvolvimento local, pois este trabalho implica “a elaboração e a execução de políticas eficazes, que exigem o envolvimento de vários agentes e o reforço de uma cooperação ativa entre partes interessadas” (Oliveira, 2010, p. 17).

“É rentabilizar os recursos, os recursos humanos, os recursos materiais e tentar dar a melhor resposta para as necessidades da população.” – **EC**

Desta forma, uma vez analisados e discutidos os contributos do trabalho em parceria para o desenvolvimento local da comunidade importa, de seguida, analisar e discutir o entendimento das entrevistadas relativamente à forma como o trabalho em parceria permite responder aos problemas dos indivíduos da comunidade

8.2.5. COMBATE AOS PROBLEMAS DOS INDIVÍDUOS DA COMUNIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO EM PARCERIA

As Assistentes Sociais entrevistadas partilham, de forma geral, do mesmo entendimento relativamente à forma como o trabalho em parceria permite responder aos problemas dos indivíduos da comunidade, destacando que é através de uma articulação entre os diversos parceiros e de uma intervenção conjunta que conseguem responder às necessidades e problemas específicos dos mesmos.

“(…) as parcerias se unem no sentido de fazer um atendimento conjunto ou uma visita domiciliar conjunta no sentido de perceber de que forma é que se pode apoiar (…)” -
EA

“cada pessoa tem as suas necessidades individuais para se poder potenciar e alterar a situação em que está, e nisso cada um dos parceiros poderá ter a resposta.” – **EC**

“(…) através da articulação dos diferentes parceiros é possível dar resposta aos problemas específicos da comunidade, acima de tudo acho que é através da articulação”
– **ED**

Assim, verifica-se uma aproximação à literatura consultada pois, como já referido, a parceria torna-se indispensável no Serviço Social, uma vez que é essencial uma intervenção conjunta entre as diferentes instituições e/ou entidades para que se consiga, eficaz e eficientemente, intervir de forma exata sobre os problemas, identificado e resolvendo-os numa intervenção partilhada e integrada (Oliveira, 2010, p. 17). Deste modo, no seguimento, importa analisar e discutir o entendimento das entrevistadas relativamente à efetivação dos valores e princípios éticos na profissão de Assistente Social.

8.2.6. EFETIVAÇÃO DOS VALORES E PRINCÍPIOS ÉTICOS NA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

Todas as Assistentes. Socias, genericamente, reconhecem que o trabalho em parceria contribuiu para a efetivação dos valores e princípios éticos que norteiam a profissão de Assistente Social, no entanto, salientam aspetos diferentes. Nomeadamente, uma das entrevistadas salienta que o trabalho em parceria contribui para esta efetivação na medida em que se promove o direito à participação dos cidadãos da comunidade, tornando-os co construtores da mudança social, indo por isso de encontro com a literatura consultada, pois como mencionado, a noção de participação social deve nortear a intervenção do Serviço Social uma vez que, “está em consonância com um projeto ético-social democrático, inclusivo e respeitador dos direitos da Pessoa” (Chinchilla, 2005, p. 161), concebendo a pessoa como o centro do seu desenvolvimento. É aqui que a profissão de Serviço Social se alicerça, desenvolvendo práticas participativas e ativas, promotoras de *empowerment*, onde as pessoas, grupos e comunidades devem fazer parte do seu processo de intervenção, numa lógica de ação coletiva (Chinchilla, 2005, p. 161).

“(…) promover o direito à participação dos cidadãos (…) É eles puderem ter alguma coisa a dizer e puderem, ou não, concordar com aquilo que a pareceria realmente estabelece,

porque eles são sempre ouvidos (...) há uma participação efetiva do indivíduo (...).” – **EA**

Já outra das Assistentes Sociais entrevistadas, considera que o trabalho em parceria contribuiu para a efetivação dos valores e princípios éticos que norteiam a profissão de Assistente Social na medida em que prioriza uma resposta multidisciplinar no apoio dos indivíduos, trabalhando numa lógica de cooperação e coordenação com todas entidades e parceiros:

“(...) nós temos que dar uma resposta multidisciplinar à pessoa (...) só trabalhando com todas as entidades e todos os parceiros é que é possível dar uma resposta global ao (...) à pessoa.” – **EC**

Assim sendo, uma vez analisada e discutida a efetivação dos valores e princípios éticos na profissão de Assistente Social através de um trabalho em parceria, importa de seguida, compreender os pontos fortes e os pontos fracos da intervenção em parceria identificados pelas entrevistadas.

8.2.7. PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DA INTERVENÇÃO EM PARCERIA

Uma das quatro Assistentes Sociais entrevistadas destaca como ponto forte de uma intervenção em parceria, na intervenção social: o compromisso de todos os parceiros para o bem comum da intervenção:

“(...) enquanto pontos fortes (...) há um compromisso de todos para o bem comum daquela intervenção.” – **EA**

Já duas das entrevistadas destacam como pontos fortes de uma intervenção em parceria, na intervenção social a rentabilização de recursos humanos por forma a garantir uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, e da sua autonomia; e a partilha de informações e recursos. Verifica-se, assim, um pensamento partilhado por estas duas entrevistadas, na medida em que salientam a rentabilização e partilha de recursos como um dos pontos fortes da intervenção social em parceria

“(...) os pontos fortes é exatamente haver uma rentabilização, ou seja, há mais possibilidades de recursos humanos a trabalhar aquela família (...) é dar a melhor resposta e promover a autonomia da pessoa.” – **EC**

“(...) os pontos fortes de uma intervenção em parceria são, acima de tudo, a partilha de informações e a partilha de recursos.” – **ED**

No entanto, apenas uma das Assistentes Sociais entrevistadas identificou pontos fracos, destacando a intervenção conjunta e articulada como sendo uma prática ainda pouco habitual.

“Como ponto fraco, o facto de não haver o hábito de trabalho em conjunto (...)” – **EB**

Verificam-se, assim, duas perspetivas distintas relativamente aos pontos fortes de uma intervenção em pareceria, na intervenção social, e onde a generalidade das entrevistadas não reconhece pontos fracos da mesma.

8.3. PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

8.3.1. PAPEL DESEMPENHADO NO CONTEXTO DA REDE SOCIAL

No que diz respeito ao papel desempenhado pelas Assistentes Sociais entrevistadas no contexto da Rede Social, uma das entrevistadas afirma que o seu papel é direcionando para o apoio das crianças e famílias, remetendo para dimensão individual, isto é, para a sua intervenção individual:

(...) estou mais direcionaria para o apoio das crianças e famílias.” – **EA**

Já outra das entrevistadas afirma que o seu papel respeita ao que se estabelece em termos de projetos e intervenção comunitária, em sede de rede social:

“(...) tudo o que é decidido em termos de projetos comunitários e intervenção comunitária, é de facto trabalhar aquilo que é decidido em rede social (...)” - **EC**

No entanto, duas das quatro entrevistadas afirmam que não desempenham diretamente um papel na Rede Social:

“(...) não represento formalmente a entidade na rede social.” – **EB**

“(...) não desempenhando, diretamente, nenhum papel na rede social.” – **ED**

Uma vez analisado e discutido o papel que as entrevistadas desempenham no contexto da Rede Social, importa de seguida compreender o entendimento das Assistentes Sociais entrevistadas relativamente às práticas inovadoras do Programa Rede Social.

8.3.2. PRÁTICAS INOVADORAS DO PROGRAMA REDE SOCIAL NO MUNICÍPIO

Todas as Assistentes Sociais entrevistadas revelam, genericamente, um pensamento e um posição comum no que respeita às práticas inovadoras do Programa Rede Social no município, na intervenção social. Assim, todas consideram, genericamente, que o Programa Rede Social é inovador e promotor de práticas inovadoras de intervenção

social no município. No entanto, essas práticas encontram-se atualmente um pouco limitadas, possivelmente devido ao contexto da pandemia.

“(…) promove práticas de intervenção social inovadoras.” – **EA**

“(…) o Programa Rede Social (...) promoveu várias práticas de intervenção inovadoras...neste momento acabou por estagnar (...)” – **ED**

Deste modo, importa de seguida analisar e discutir o entendimento das Assistentes Sociais relativamente aos contributos do Serviço Social para o desenvolvimento local do município.

8.3.3. CONTRIBUTOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Todas as Assistentes Sociais consideram, de forma geral, que o Serviço Social contribuiu para o desenvolvimento local do município. Assim, uma das quatro entrevistadas considera que o Serviço Social contribui para o desenvolvimento local na medida em que a profissão se alicerça no trabalho com a pessoa desenvolvendo e promovendo as suas capacidades e competências a nível pessoal, social e económico, garantindo e fomentando a sua autonomia. Assim, a entrevistada aproxima-se da literatura consultada, pois como mencionado é objetivo dos Assistentes Sociais impulsionar e fortalecer as capacidades e competências das Pessoas, bem como de influenciar o meio para que as trocas sejam feitas naturalmente, isto é, o papel do Assistente Social junto dos indivíduos passa pela sua capacitação, ensino e facilitação, e o seu papel com o meio passa pela mediação, advocacia e organização, fazendo com que os indivíduos da comunidade estejam em contacto com as redes existentes (Rocha, 2008, p. 217).

“O Serviço Social é a forma de trabalhar com a pessoa no sentido da pessoa se desenvolver a nível pessoal, a nível social, a nível económico e conseguir (...) criar a sua autonomia para conseguir reter um novo projeto de vida, reorganizar a sua vida e reprojeter-se na vida (...)”- **EC**

Já outra das Assistentes Sociais entrevistadas salienta que o Serviço Social contribui para o desenvolvimento local do município através do trabalho em parceria, na medida em que se identificam os problemas e necessidades das pessoas, encaminhando-as para as diversas entidades parcerias da rede social. Deste modo, também esta entrevistada se aproxima da literatura consultada pois conforme já mencionado, configurando-se a parceria como um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento local, torna-se, por isso, crucial o trabalho interinstitucional, um trabalho articulado entre

todos os agentes sociais e atores sociais, para que sejam identificadas todas as necessidades, recursos e respostas, apostando na prevenção (Rocha, 2008, p. 272-273).

“O Serviço Social contribui através da identificação dos problemas existentes e posterior encaminhamento para os diferentes serviços... das entidades parceiras da rede.” - **ED**

Não obstante, as Assistentes Sociais entrevistadas não identificaram a questão da participação ativa dos indivíduos e da própria comunidade conforme mencionado no quadro teórico, pois a garantia da participação social ativa dos indivíduos e da própria comunidade é fundamental na intervenção social e consequentemente no processo de desenvolvimento local, tornando-se os indivíduos co-constructores do seu próprio processo de mudança (social), promovendo, assim, a sua integração e inclusão social, assim como, a efetivação dos Direitos Sociais e Humanos, assegurando a satisfação dos problemas e das necessidades locais (Midgley, 2014 p. 15; Rocha, 2008, p. 271).

8.4. PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS CIDADÃOS

8.4.1. RELAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO, A COMUNIDADE LOCAL E O ASSISTENTE SOCIAL

No que respeita ao entendimento das entrevistadas sobre a relação entre a instituição, a comunidade local e o Assistente Social, duas das entrevistadas partilham do mesmo entendimento, considerando a relação como sendo de proximidade:

“(...) é uma relação de proximidade (...)” – **EB**

“É uma relação de proximidade (...)” – **EC**

Sendo que duas das entrevistadas apresentam também um pensamento comum, considerando a relação entre a instituição, a comunidade local e o Assistente Social como positiva, onde destacam a opinião do Assistente Social e a consideram valorizada:

“Penso que a relação é bastante positiva, a opinião dos Assistentes Sociais é tida em conta (...)” – **EA**

“(...) a relação entre a comunidade, a instituição e o Assistente Social é bastante positiva, pois a opinião do Assistente Social ainda é bastante valorizada.” – **ED**

Assim sendo, importa de seguida analisar e discutir a perceção das entrevistadas relativamente à integração e envolvimento dos cidadãos na rede social.

8.4.2. INTEGRAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS NA REDE SOCIAL

Conforme com a literatura consultada, o Programa Rede Social tem como finalidade o combate à pobreza e exclusão social no sentido do desenvolvimento local, consistindo e alicerçando-se no trabalho em parceria, possibilitando a cooperação sistemática entre os organismos públicos e as entidades privadas que atuam no mesmo território, no planeamento conjunto da atividade destes parceiros, a definição de prioridades e a articulação de respostas existentes ou a criar ao nível concelhio (Castro e Gonçalves, 2002, p. 80), sendo aqui a comunidade local também envolvida onde os cidadãos, deixam de ser vistos como, meramente, objetos de intervenção, passando a ser vistos como sujeitos ativos e participativos no seu processo de transformação de realidade (Adion, 2003, p. 1045). Neste sentido, no que respeita à integração e envolvimento dos cidadãos na Rede Social, as Assistentes Sociais entrevistadas partilham, genericamente, de uma posição comum, pois consideram que os cidadãos não estão envolvidos e integrados no processo de funcionamento da Rede Social do município:

“(...) não estão tão envolvidos quanto deveriam (...)” - **EA**

“(...) efetivamente em sede de rede social...eles não têm lugar (...)” – **EC**

“(...) os cidadãos não estão diretamente envolvidos no processo da rede social (...)” – **ED**

Assim, verificando-se que as Assistentes Sociais consideram que os cidadãos do município não estão envolvidos e integrados na Rede Social, importa de seguida compreender o seu entendimento relativamente à importância que os diferentes parceiros conferem à participação dos indivíduos.

8.4.3. IMPORTÂNCIA DOS DIFERENTES PARCEIROS EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

No que respeita ao entendimento das Assistentes Sociais entrevistadas sobre a importância dos diferentes parceiros em relação à participação dos indivíduos da comunidade na Rede Social, duas das entrevistadas revelam que não têm conhecimento em relação à opinião dos diversos parceiros:

“(...) não sei qual é a opinião dos vários parceiros (...)” **EA**

“Não tenho informação de qual será a opinião dos parceiros a este nível.” – **ED**

Em oposição, uma das entrevistadas entende que os diversos parceiros conferem importância à participação dos indivíduos da comunidade na Rede Social.

“(…) parto do princípio de que todos dão importância (…).” – **EC**

Verifica-se, portanto, que a maioria das entrevistadas não detém conhecimento relativamente à importância que os diferentes parceiros conferem à participação dos indivíduos da comunidade, na Rede Social.

8.5. SERVIÇO SOCIAL RURAL

8.5.1. CAMPO DISTINTO DA PRÁTICA?

Conforme mencionado, de acordo com Daley (2010, p. 4), apesar do volume de literatura produzida ao longo dos anos, afirmar que o Serviço Social rural é um campo distinto da prática, é algo que ainda não é consensual, no entanto, apesar da prática do Serviço Social rural ser em muitos aspetos similar à prática do Serviço Social, em contextos mais abrangentes, este pode ser considerado um campo distinto da prática, com as suas características e particularidades (Daley, 2015, p. 192). Contudo, todas as Assistentes Sociais entrevistadas partilham, genericamente, do mesmo entendimento considerando que o Serviço Social rural não constitui um campo específico do Serviço Social. No entanto, apesar das entrevistadas não considerarem o Serviço Social rural como um campo distinto da prática do Serviço Social, duas das Assistentes Sociais entrevistadas (**EA** e **ED**) reconhecem que a intervenção social em contexto rural tem especificidades.

“(…) não considero que seja uma prática distinta, simplesmente tem outras condicionantes (…) as pessoas já se conhecem e os técnicos já são conhecidos das pessoas, e as pessoas já sabem o que é que podem contar de cada entidade (…).” – **EA**

Um campo distinto acho que não, porque ser Assistente Social numa comunidade rural o objetivo é resolver os constrangimentos dessa localidade (…) mas isso é tanto no rural, como no meio urbano (…).” - **EB**

(…) nós trabalhamos com pessoas (…) em espaço rural ou em espaço urbano nós trabalhamos é com pessoas.” – **EC**

“(…) a prática do Serviço Social é transversal às diferentes realidades, apenas com algumas adaptações na sua intervenção.” - **ED**

Deste modo, como já mencionado existem autores que consideram o Serviço Social rural como um campo distinto da prática, relembrando Daley (2015, p. 192), que afirma

que o Serviço Social rural configura-se como o Serviço Social adaptado a contextos de comunidades mais pequenas, no entanto, apesar da prática do Serviço Social rural ser em muitos aspetos similar à prática do Serviço Social, em contextos mais abrangentes, este pode ser considerado um campo distinto da prática, com as suas características e particularidades. No entanto, é algo que ainda não é consensual, existindo por isso também autores com uma perspetiva contrária, lembrando Denton e Moran, *apud* Candeias (2021, p. 102), que consideram que o Assistente Social em contexto rural intervém segundo o mesmo conjunto geral de competências que o Assistente Social que intervém em contexto urbano, onde as modalidades de tratamento são basicamente as mesmas, independentemente do contexto. Assim, as Assistentes Sociais entrevistadas aproximam-se desta perspetiva de Denton e Moran, *apud* Candeias (2021, p. 102), considerando que o Serviço Social rural não constitui um campo distinto da prática do Serviço Social, embora duas das entrevistadas reconhecerem especificidades à prática em contexto rural.

Neste sentido, importa de seguida analisar e discutir o entendimento das Assistentes Sociais relativamente às especificidades e/ou desafios na intervenção social em contexto rural

8.5.2. ESPECIFICIDADES E/OU DESAFIOS NA INTERVENÇÃO SOCIAL EM CONTEXTO RURAL

Todas as Assistentes Sociais, genericamente, reconhecem especificidades e desafios na intervenção social em contexto rural, destacando: o isolamento do território e a falta de instituições; a identificação de necessidades e problemas de forma mais rápida, assim como, as estratégias de atuação.

“(…) o facto de serem meios mais isolados (…) há menos instituições.” - **EB**

“(…) o facto de estarmos inseridos num meio rural faz com que todos se conheçam...o que permite identificar mais rapidamente as necessidades e, conseqüentemente, as estratégias de atuação.” – **ED**

Deste modo, conforme a literatura consultada o Serviço Social em contexto rural apresenta alguns desafios e especificidades, nomeadamente: a) a existência e necessidades de alguns moradores rurais que tendem a não ser reconhecidas ou são menosprezadas; b) as populações rurais são tipicamente pouco providas de serviços sociais; c) as infraestruturas rurais são mais fracas, isto é, a disponibilidade ou presença de outros serviços como habitação social, redes de transportes eficazes e outros, são

reduzidos; d) as oportunidades de emprego são restritas, ou devido à localização ou por causa da mudança do mercado de trabalho rural; e) os serviços rurais geralmente têm maiores custos de prestação; e f) na maioria das áreas rurais são mais comuns as situações de pobreza e fracas oportunidades de vida (Pugh & Cheers, *apud* Candeias, 2021, p. 10-11). Contudo, as Assistentes Sociais entrevistadas destacam: o isolamento do território e a falta de instituições; a identificação de necessidades e problemas de forma mais rápida, assim como, as estratégias de atuação.

CONCLUSÃO

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa, teve como objeto de estudo compreender a representação social dos Assistentes Sociais relativamente ao seu papel no desenvolvimento local, no âmbito do Programa Rede Social.

Assim sendo, para se alcançar este conhecimento foi necessário elaborar um enquadramento teórico abordando-se o conceito de local e de desenvolvimento local, pois conforme mencionado, o local é o espaço que possibilita a efetivação de programas setoriais bem como a participação ativa dos cidadãos (Melo, *apud* Fragoso, 2005, p. 64), configurando-se o desenvolvimento local como um processo de mudança, que fomenta o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e comunidades locais; centra-se numa comunidade territorial de pequena dimensão, marcada pela sua identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e afirmar a sua autonomia; pretende satisfazer e colmatar as necessidades da comunidade, através da mobilização de sinergias, capacidades e competências locais, sendo para tal necessário a adoção de metodologias participativas e *empowerment* da comunidade local (Amaro, 2009, p. 111). O quadro teórico aborda ainda a Rede Social enquanto medida de política no combate a vulnerabilidades e problemas sociais como a pobreza e exclusão social; e como estratégia para o desenvolvimento local, pois conforme mencionado, a Rede Social assume-se como um instrumento fundamental nos processos de desenvolvimento local, quer pela sua proposta metodológica de implementação de processos de planeamento estratégico territorializados e participados, quer como suporte de intervenções sociais que se perseguem, cada vez mais, integradas e eficazes; quer ainda como uma medida de política social que pretende responder à multidimensionalidade dos problemas sociais existentes (Castro e Gonçalves, 2002, p. 74). O Programa Rede Social propõe, então, segundo Castro e Gonçalves (2002, p. 74) potenciar e rentabilizar o envolvimento e a organização de parcerias locais (entre entidades públicas e privadas) para que, através de ações planeadas e articulação de recursos, possam negociar soluções e projetos inovadores, demonstrando, assim, as suas potencialidades e capacidades para impulsionar o desenvolvimento local. Abordando-se, ainda, a ligação e associação da profissão de Serviço Social com o trabalho em parceria, numa lógica de desenvolvimento local, pois conforme mencionado, na intervenção social a parceria assume-se como um processo de

desenvolvimento local integrado na participação local da comunidade, onde o diálogo e a colaboração entre os diversos parceiros permitem otimizar sinergias numa intervenção conjunta, tendo em vista em objetivos comuns (Oliveira, 2010, p. 16).

Foi ainda necessário trilhar um caminho a nível metodológico, adotando-se como método de investigação o método qualitativo, sendo a abordagem metodológica o estudo de caso, utilizando-se no processo de recolha de dados técnicas de investigação como a pesquisa documental e a entrevista, nomeadamente, a entrevista semiestruturada às Assistentes Sociais participantes no estudo.

Deste modo, após a análise e discussão de resultados conclui-se que, no que respeita à intervenção dos Assistentes Sociais no âmbito do desenvolvimento local da comunidade, todas as Assistentes Sociais participantes no estudo revelam, genericamente, que a profissão de Serviço Social é indispensável ao desenvolvimento local da comunidade, contribuindo a profissão para o mesmo através de uma intervenção com as pessoas, desenvolvendo e promovendo as suas capacidades e competências, garantindo e fomentando a sua autonomia; e ainda através da identificação dos problemas e necessidades das pessoas, encaminhando-as para os diversos parceiros da rede social.

Apesar do Programa Rede Social se alicerçar numa perspetiva de desenvolvimento local, onde a própria comunidade local é também envolvida, configurando-se os cidadãos com co-construtores do seu processo de mudança, participando ativamente no seu processo de transformação da realidade, conclui-se que a integração e o envolvimento dos cidadãos no âmbito do desenvolvimento local, do município estudado afigura-se débil, denotando-se ainda uma falta de conhecimento por parte das Assistentes Sociais entrevistadas relativamente à importância que os diferentes parceiros conferem à participação dos indivíduos da comunidade, na Rede Social. Assim, conclui-se que é ainda necessário um longo trabalho para garantir a participação e o envolvimento dos cidadãos no seu processo de intervenção a nível do desenvolvimento local e no âmbito da rede social.

Outra questão que se pretendia verificar relaciona-se com as perspetivas das Assistentes Sociais entrevistadas relativamente ao Programa Rede Social, e assim conclui-se que apesar de o programa se revelar eficaz no combate aos problemas sociais da pobreza e exclusão social do município, revelam-se ainda vulnerabilidades, apontadas por duas entrevistadas, nomeadamente, a insuficiência de recursos e as

diferenças organizacionais; concluindo-se também que as práticas inovadoras do Programa Rede Social e, até o seu próprio funcionamento, se encontram um pouco limitadas, possivelmente graças ao contexto pandémico. Importa ainda referir que se concluiu que, o trabalho em parceria é valorizado pela maioria das entrevistadas, verificando-se que o envolvimento e a participação das entidades parcerias na rede social é reconhecido por todas as entrevistadas, embora com algumas limitações. No entanto, todas as Assistentes Sociais consideram, de forma geral, que o trabalho em parceria responde aos problemas dos indivíduos da comunidade através de uma articulação e intervenção conjunta entre os diversos parceiros.

Uma vez que a investigação respeita a uma comunidade rural, conclui-se que o Programa Rede Social se revela essencial e necessário num território rural, pois trata-se de comunidades mais isoladas, com menos instituições, e conseqüentemente mais fragilidades e vulnerabilidades. Assim, verifica-se que este se torna fundamental no sentido de se articularem esforços, de uma intervenção e articulação conjunta para responder aos problemas e necessidades, contribuindo para o bem-estar e para o desenvolvimento local do município.

Por fim, verifica-se ainda que algumas das Assistentes Sociais entrevistadas seguiram, sistematicamente, numa lógica individual, isto é, refletiram acerca da sua intervenção concreta e não no âmbito do desenvolvimento local e da Rede Social, como se pretendia.

Conhecidos e analisados os resultados da pesquisa, importa ainda referir algumas dificuldades que surgiram, nomeadamente, a existência de poucos Assistentes Sociais no terreno e também a dificuldade no acesso ao campo empírico, uma vez que nem todos os Assistentes Sociais puderam ou estiveram disponíveis para participar. Estas dificuldades poderão ser resultantes de sobrecarga de trabalho ou de menor disponibilidade para se exporem a este tipo de reflexão.

Assim sendo, no que respeita ao desenvolvimento local e ao papel das Assistentes Sociais no âmbito da Rede Social apesar do programa ser considerado fundamental e necessário numa comunidade rural no combate a problemas sociais como a pobreza e exclusão social através de uma articulação e de um trabalho em parceria, foi possível apurar que ainda existem algumas limitações, nomeadamente, a débil integração e envolvimento dos cidadãos no âmbito do desenvolvimento local, do município e o conhecimento insuficiente das Assistentes Sociais entrevistadas relativamente à

importância que os diferentes parceiros conferem à participação dos indivíduos da comunidade, na Rede Social. E, ainda a questão de algumas entrevistadas refletirem apenas ao nível da sua intervenção individual, revelando-se a necessidade de melhorar o saber teórico-prático a nível da intervenção em parceria, numa lógica de desenvolvimento local, e no âmbito da Rede Social, onde a comunidade e os indivíduos devem ser sujeitos participativos no seu processo de intervenção e desenvolvimento. Assim, a racionalidade de algumas entrevistadas vai muitas vezes para o nível da intervenção individual (nível micro), não se privilegiando os níveis meso e macro que a Rede Social também abrange, levantando-se assim a questão: será que tal está relacionado com o contexto pandémico, ou com as lógicas assistenciais e emergenciais que foram desencadeadas?

REFERÊNCIAS

- ADION, Carolina (2003) - Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. Revista de Administração Pública. Vol. 37, n.º 5 (set./out. 2003). Rio de Janeiro: RAP.
- ALBINO, José Carlos [et al.] (1997) – Desenvolver Desenvolvendo: Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo. Messejana: ESDIME.
- ALMEIDA, António (2008) – A Pessoa Idosa institucionalizada em Lares: Aspetos e contextos da Qualidade de Vida. Porto: ICBAS. Dissertação.
- ALVES, João (2010) - Parceiros em Rede - Estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.
- AMARO, Rogério Roque (2003) – Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos. Nº4 (janeiro/julho 2003). Lisboa: ISCTE-IUL.
- AMARO, Rogério Roque (2009) - Desenvolvimento local. In CATTANI, Antonio. GAIGER, Luiz. LAVILLE, Jean. HESPANHA, Pedro, coord. - Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina. p. 108-113.
- AMOR, Teresa (2005) - Programa Rede Social: Redefinição de Políticas Sociais ou Instâncias de Governança de Base Territorial? Cidades - Comunidades e Territórios. ISSN 1645-0639. 11 (2005) 39-51
- ANDRADE, Marília (1993) - Serviço social, habitação e autarquias: movimento e liames das práticas e da teoria. Intervenção Social. Lisboa. ISSN 0874-1611. 7 (1993) 34-44.
- ANIMAR (2003) – Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. S.l: animar, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (APSS) (2018) – Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. Lisboa.
- BARDIN, Laurence (2016) - Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BISQUERRA, Rafael Alzina (1989) - Métodos Investigación Educativa: Guia practica. Barcelona: Ediciones CEAC., *apud* Coutinho (2020: 24).

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994) - Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora., *apud* Coutinho (2020: 341).

BRITO, Brígida (2004) - Turismo Ecológico: Uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

BUARQUE, Sérgio (1999) - Metodologia de planeamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. Brasília.

CANDEIAS, Mariza de Jesus (2021) - Serviço social rural: desafios em territórios de baixa densidade demográfica. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Doutoramento.

CAPELO, Filipa; SILVA, Manuel Carlos; DIAS, Nelson (2005) – Pobreza e Exclusão Social: um estudo de caso num bairro de município algarvio. Configurações. Vol. 1, n.º 1. Minho.

CARVALHO, Maria (2010) - O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

CARVALHO, Maria Irene (2012) – Contracorrentes em tempos de tempestade: o pensamento de Jane Addams e de Mary Richmond no Serviço Social. Revista Em Pauta. Vol.10, n.º 29 (2012). Rio de Janeiro: REP.

CARVALHO, Maria Irene (2020) – Ser Assistente Social: Retrato(s) da profissão. Com a colaboração de Ana Paula Garcia, Aurea Davet, Carla Pinto, Cláudia Julião, Cristina Duarte, Helena Teles, Jorge Costa, Suênya Almeida, Teresa Silva. 1.ª ed. Lisboa: Pactor.

CASTRO, José; GONÇALVES, Alda (2002) - A Rede Social e o Desenvolvimento Local: Parcerias Sociais e Planeamento Participado. Cidades - Comunidades e Territórios. ISSN 1645-0639. 4 (2002) 71-82.

CASTRO, José Luís (2000) - Rede Social - Que Futuro?. Pretextos. 2 (2000)., *apud* Vasconcelos (2011: 33).

CASTRO, José Luís (2009) - Rede Social: Desafios e Experiências de um Programa Estruturante. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

CHINCHILLA MONTES, Marco (2005) - Acción colectiva e intervención profesional del Trabajo Social: límites y posibilidades para la construcción de ciudadanía. Revista Katálysis. Vol.9, n.º 2 (jul./ dez. 2005). Florianópolis. 158-165.

CLIFFORD, Christians G. (2005) - Ethics and Politics in Qualitative Research. In DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. – Handbook of Qualitative Research. 2.ª ed. Thousand Oaks, CA: Sage. 125-167.

COSTA, Telma (2009) - Parcerias como Estratégia de Desenvolvimento Local: Relatório da Construção de um Grupo de Trabalho no domínio da Nutrição, em Caué. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; ALMEIDA, João Ferreira de (1990) - Estudantes e amigos — trajetórias de classe e redes de sociabilidade. Análise Social. Lisboa. ISSN 0003-2573. (1990) 193-221.

COUTINHO, Clara Pereira (2020) – Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teorias e prática. 2.ª ed. rev. e atualizada. Coimbra: Almedina.

DALEY, Michael R. (2010) - A Conceptual Model for Rural Social Work. Contemporary Rural Social Work Journal. Vol.2, n.º 1 (2010). Alabama.

DALEY, Michael R. (2015) – Rural Social Work in the 21st Century. Chicago, Illinois: Lyceum Books. ISBN 978-1935871613., *apud* Candeias (2021:13,16, 132, 134).

DECRETO-LEI n.º 115/2006. D.R. I-A Série. 114 (2006-06-14) 4276 – 4282.

DESPACHO NORMATIVO n.º 8/2002. D.R. I-B Série. 36 (2002-02-12) 1086 – 1090.

DIOGO, F; CASTRO, A; PERISTA, P (2015) – A Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos. Ribeirão: Húmus.

DOMINGUES, Marco (2015) - Manual para o Desenvolvimento Local e Comunitário das Aldeias: “A Intervenção Social do Projeto há Festa no Campo”. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.

EAPN, European Anti Poverty Network (2021) - O que é a Pobreza?. [Consult. 11 jan. 2021]. Disponível em WWW: < URL: <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza> >.

ESTIVILL, Jordi; CALEIRAS, Jorge (2008) - A Articulação das Estratégias de Emprego e de Inclusão Social: Um Overview Português. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

ESTIVILL, Jordi (1997) – O Partenariado Social na Europa: Uma Estratégia Participativa para a Inserção. Porto: Cadernos REAPN.

FRAGOSO, António (2005) - Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. Revista Lusófona de Educação. Vol.5, n.º 5 (2005). Lisboa: RLE.

GONÇALVES, Alda (2002) - A Rede Social no Contexto das Políticas Sociais Activos. Pretextos. n.º 9. Lisboa: IDS/ MTS., *apud* Castro e Gonçalves (2002: 76).

GUADALUPE, Sónia (2016) – Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social. 2.^a ed. rev. e atualizada. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006a) – Participação e Ação Coletiva: Interesses, conflitos e consensos. Estoril: Príncipia.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006b) – Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. Cascais: Príncipia

GUERREIRO, Marta (2008) - Associações de Desenvolvimento Local: Que contributo para o desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

HENRIQUES, José (2016) – Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social. In NEVES, A. Oliveira *et al.*, – Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. p. 199-214.

IFSW, International Federation of Social Workers (2014) - Global Definition of Social Work. [Consult. 17 mar. 2021]. Disponível em WWW: < URL: <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/> >.

LATORRE, António; DEL RINCÓN, Delio; ARNAL AGUSTÍN, Justo (1996) – Bases metodológicas de la investigación educativa. Barcelona: Hurtado Ediciones., *apud* Coutinho (2020: 24).

LOPES, Ana (2017) - Projeto de Desenvolvimento Social Comunitário de Combate ao Despovoamento no Concelho de Penamacor. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. Dissertação.

MACKIE, Paul Force-Emery; ZAMMIT, Kimberly; ALVAREZ, Michelle (2016) - Practicing Rural Social Work. 1.ª ed. Nova York: Oxford University Press., *apud* Candeias (2021: 102).

McDonough, Josefina Figueira (2001) - Comunidade e potencialidade de intervenção. *Intervenção Social*. Lisboa. ISSN 0874-1611. 23-24 (2001) 351-358.

MERTENS, Dona M. (1998) - Research Methods in Education and Psychology: Integrating diversity with quantitative and qualitative approaches. Londres: Sage Publications., *apud* Coutinho (2020: 28).

MIDGLEY, James (2014) - Social Development: Theory and Practice. Londres: Sage Publications.

MONTEIRO, Alcides (2008) - Redes Sociais: Será que também posso participar? In MONTEIRO, Alcides; RIBEIRO, Fernando Bessa, org. - Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspetivas. Universidade do Minho: húmus. pp. 81-96.

MONTEIRO, Alcides (2006) - Redes Sociais: será que também posso participar? *Redes Sociais*. 81-86., *apud* Vasconcelos (2011: 41, 43).

MONTEIRO, Gizela (2008) - *Empowerment* – Uma Estratégia de luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Cabo Verde – O caso de Lajedos. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

NINACS, William (2002) - Le Pouvoir dans la participation au développement Local. In TREMBLAY, Marrielle; TREMBLAY, Pierre-André; TREMBLAY, Suzanne, dir. - Développement Local, Économie Social et Démocratie. Quebec: Presses de L'Université di Québec, pp.15-39.

NÓVOA, António (1991) – Ciências da Educação e Mudança. Porto: Sociedade portuguesa de Educação., *apud* Guerra (2006a: 29).

NOWAK, Jürgen (2001) - O Trabalho Social de Rede - A Aplicação das Redes Sociais no Trabalho Social. In MOURO, Helena; SIMÕES, Dulce, coord. - 100 Anos de Serviço Social. Coimbra: Quarteto Editora. pp. 150-183.

NÚCLEO REDE SOCIAL (2001) – Programa Rede Social. Lisboa: Instituto do Desenvolvimento Local.

OLIVEIRA, Ana (2004) - Técnicas em rede: um desafio. *Intervenção Social*. Lisboa. ISSN 0874-1611. 30 (2004) 213-223.

OLIVEIRA, Túlia (2010) - Valor das Parcerias Institucionais para os processos de adopção: estudo em nove Lares de Infância e Juventude do concelho de Lisboa. Lisboa: ISCSP-ULisboa.

PACHECO, José Augusto (1993) – O pensamento e a ação do professor em formação. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Dissertação., *apud* Coutinho (2020: 28).

PELED, Einat; Leichtentritt, Ronit (2002) -The Ethics of Qualitative Social Work Research. Sage Publications. London. ISSN 1473-3250. (2002) 145-169.

PEREIRINHA, José (1992) – Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida. In *Análise Social*, n.º 102. Lisboa: ICS., *apud* Rodrigues *et al.* (1999:66).

PINTO, Carla (2014) – Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas. In CARVALHO, Maria Irene; PINTO, Carla, coord. – Serviço Social: Teorias e Práticas. Lisboa: Pactor. p. 143-162.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) - Relatório do desenvolvimento humano 2003. Trad. de José Freitas e Silva e Alexandre Abreu; coord. da trad. e rev. técnica de João Estêvão. Queluz: Mensagem, 2003.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van (2008) - Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gravita.

RAMOS, Maria (2003) – Ação Social na Área do Emprego e da Formação Profissional. Lisboa: Universidade Aberta.

RAMOS, Teresa (2008) - A Construção ação coletiva em processos de desenvolvimento sócio territorial: A experiência do P. E.R. em Cascais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Dissertação.

RESOLUÇÃO DO CONCELHO DE MINISTROS n.º 197/97. D.R. I-B Série. 267 (1997-11-18) 6253-6255.

ROCHA, Helena (2008) - Serviço Social e Desenvolvimento Local. Intervenção Social. Lisboa. ISSN 0874-1611. 32-34 (2008) 255-275.

ROCHA, Helena (2015) - Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

RODRIGUES, Eduardo [et al.] (1999) – A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. Revista da Faculdade de Letras. Vol. 9. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.

RUIVO, Fernando (1990) – Local e Política em Portugal: O Poder Local na Mediação entre Centro e Periferia. Revista Crítica de Ciências Sociais. n.º 30. (julho 1990). Coimbra: RCCS. (falta volume)

SALSELAS, Teresa (1999) - Rever, Contextualizar e Requalificar a Acção Social: A Acção Social em Debate. pp.115-126., *apud* Vasconcelos (2011:24).

SANTOS, Rute (2016) - Intervenção social em Parceria - Rede Social de Silves. Algarve: ESEC. Dissertação.

SAVOIE-ZAJC, Lorraine (2003) - A entrevista semidirigida. In GAUTHIER, Benoît, dir. - Investigação Social. Da Problemática à colheita de dados. Loures: Lusociência. Cap. 11.

SEGURANÇA SOCIAL. Apoios Sociais e Programas. A Rede Social (2019) [Consult. 25 fev. 2021]. Disponível em WWW: < URL: <http://www.seg-social.pt/a-rede-social> >.

SILVA, Maria (2012) - O Agir Profissional do Assistente Social: um estudo de caso sobre a Prática Profissional do Assistente Social no Centro de Actividades Ocupacionais da APPACDM de Braga. Braga: Universidade Católica Portuguesa. Dissertação.

SILVA, Juniele & HESPANHOL, Rosangela (2016) - Discussão sobre Comunidade e características das Comunidades Rurais no Município de Catalão (GO). *Sociedade & Natureza*, Uberlândia. Vol. 28, n.º 3 (setembro/dezembro 2016). Brasil.

SIMON, David (2001) - Dilemmas of Development and the Environment in a Globalising.

STAKE, Robert E. (2007) - A arte da investigação com estudos de caso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TALEBREZA-MAY, Jon William; JENSEN, Rachel; SHAY, Nathan (2017) – An Assessment of the Strengths and Needs of Rural Social Workers in the Northwestern United States. *Contemporary Rural Social Work Journal*. Vol. 9, n.º 1 (2017).

TAVARES, Arlindo (2013) - Pobreza, Exclusão Social e Desenvolvimento Social: o Caso do Programa Rede Social em Almada. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert (1998) - Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource. 3.ª ed. Nova Iorque: Wiley., *apud* Coutinho (2020: 141).

VACHON, Bernard (2000) - Desenvolvimento Local não é um Produto, é um processo que não acabará. In - A Rede para o Desenvolvimento Local. n.º 15., *apud* Castro e Gonçalves (2002: 74)

VASCONCELOS, Maria (2011) – A Rede Social do Concelho de Ovar e a sua perceção do combate à Pobreza e Exclusão Social. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Consentimento Informado

Apêndice B – Guião de Entrevista

APÊNDICE A

Consentimento Informado

Consentimento Informado

Eu, _____ aceito colaborar voluntariamente no estudo da autoria de Francisca Leitão e ser entrevistada pela mesma, sobre o tema “Desenvolvimento Local de Comunidades Rurais: O papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social”, no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Serviço Social.

Entendo que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e anónima, e que em momento algum a minha identidade será revelada.

Por aceitar participar neste estudo, dato e assino a seguinte declaração.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

APÊNDICE B

Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Apresentação:

Mestrado em Serviço Social – ISSSL-ULL

Tema da pesquisa: Desenvolvimento Local de Comunidades Rurais: O papel dos Assistentes Sociais no âmbito do Programa Rede Social.

Orientadora: Professora Doutora Isabel de Sousa.

A mestranda compromete-se a guardar **total confidencialidade** relativamente à identificação das/os respondentes.

Caracterização geral:

Em primeiro lugar, gostaria de lhe solicitar alguns dados de caracterização geral:

1. Idade _____
2. Ano de conclusão da formação de base _____
3. Escola de Formação

4. Qualificação Académica: para além da formação de base (licenciatura) fez, ou está a fazer, mais algum(uns) curso(s) (Pós-Graduação, mestrado, ...)?

5. Qual o tipo de instituição que representa na Rede Social? (Pública /Privada com ou sem fins lucrativos). Há quanto tempo?

Dimensão I – Perspetivas das Assistentes Sociais face ao Programa Rede Social

6. Como descreve o que tem sido o programa para e no Município?
7. Na sua opinião, de que forma o Programa Rede Social tem sido eficaz no combate à pobreza e exclusão social no Município?
8. Na sua opinião, considera que o Programa Rede Social fomenta a coesão territorial e social do Município? Se sim, de que forma? Se não, porquê?
9. Quais as vantagens e as vulnerabilidades que identifica no funcionamento da Rede Social?

10. De que forma considera importante a Rede Social numa comunidade rural, como é o caso deste Município?

Dimensão II – Parcerias e Participação

11. Na sua opinião, o que significa trabalhar em parceria?

12. Qual a importância das parcerias no exercício profissional de um Assistente Social no âmbito da Rede Social?

13. Uma vez que o Programa Rede Social implica um trabalho interinstitucional e em parceria, como considera a participação e o envolvimento das entidades parceiras na Rede Social?

14. De que forma o trabalho em parceria fomenta o desenvolvimento local da comunidade?

15. Na sua opinião, de que modo a parceria permite responder aos problemas dos indivíduos da comunidade?

16. De que forma a intervenção em parceria contribui para a efetivação dos valores e princípios éticos que norteiam a profissão de Assistente Social?

17. Quais os pontos fortes de uma intervenção em parceria, na intervenção social? E quais os pontos fracos?

Dimensão III – O papel do Serviço Social no âmbito do desenvolvimento local

18. Enquanto Assistente Social qual o papel que desempenha no contexto da Rede Social?

19. Considera que a Rede Social promove práticas de intervenção social inovadoras? De que forma o programa foi/está a ser inovador neste Município?

20. De que forma contribui o Serviço Social para impulsionar e fomentar o desenvolvimento local do Município?

Dimensão IV – Participação e Integração dos cidadãos no desenvolvimento local, no contexto do Programa Rede Social

21. Como considera a relação entre a comunidade, a instituição que representa no âmbito da Rede Social e o Assistente Social?

22. De que forma estão ou não, integrados e envolvidos os cidadãos no processo de funcionamento da Rede Social?

23. Qual a importância que os diferentes parceiros conferem à participação dos indivíduos da comunidade?

Dimensão V – Serviço Social Rural

24. Alguns autores falam em Serviço Social Rural, como um campo distinto da prática profissional. O que pensa sobre isso?

25. Do seu ponto de vista, há especificidades e/ou desafios adicionais no que diz respeito à intervenção social em contexto rural?

Dimensão VI - Sugestões e comentários

26. Que sugestões faria para o desenvolvimento da profissão? (em contexto rural, no âmbito da Rede Social...)

27. Para encerrarmos a entrevista, alguma observação ou comentário final que gostasse de fazer?